



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Projeto Pedagógico do
Curso de Gestão de Políticas Públicas

FORTALEZA - CE
JUNHO - 2014

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Henrique Paim

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

REITOR

Professor Jesualdo Pereira Farias

VICE-REITOR

Professor Henry de Holanda Campos

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Professora Denise Maria Moreira Chagas Correa

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Professor Ciro Nogueira Filho

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Professora Márcia Maria Tavares Machado

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Professor Custódio Luis Silva de Almeida

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Professor Gil de Aquino Farias

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Professor Ernesto da Silva Pitombeira

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Professor Serafim Firmo Souza Ferraz

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Professora Francisca Silvania de Sousa Monte – Presidente (DED/CCA)

Professor Alcides Fernando Gussi (DED/CCA)

Professora Alessandra Pinheiro de Góes Carneiro (DED/CCA)

Professora Ana Maria Monte Coelho Frota (DED/CCA)

Professora Celecina Maria de Veras Sales (DED/CCA)

Professora Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (DED/CCA)

Professora Helena Selma Azevedo (DED/CCA)

Professora Maria Amália Simonetti Gomes de Andrade (DED/CCA)

ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA/PROGRAD

Professora Bernadete de Souza Porto

Coordenadora de Projetos e Acompanhamento Curricular – COPAC

Karla Karoline Vieira Lopes

Diretora de Planejamento e Avaliação de Projetos Pedagógicos

Nacélia Lopes da Cruz

SUMÁRIO

	Pág.
1 APRESENTAÇÃO.....	5
2 JUSTIFICATIVA.....	7
3 HISTÓRICO DO CURSO.....	11
3.1 Antecedentes na Pós-graduação.....	11
3.2 Antecedentes na Graduação.....	13
3.3 Outras experiências relevantes no campo da Pesquisa e da Extensão.....	19
3.4 A proposição da criação do Mestrado em Gênero, Direitos Humanos e Políticas Públicas.....	21
3.5 Discussão da proposta de criação do Curso com entidades parceiras.....	22
4 PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	23
5 OBJETIVOS DO CURSO.....	26
5.1 Objetivo Geral.....	26
5.2 Objetvos específicos.....	27
6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.....	28
7 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO.....	29
8 ÁREAS DE ATUAÇÃO.....	30
9 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	30
9.1 Flexibilidade na estruturação curricular.....	30
9.2 Interdisciplinaridade.....	31
9.3 Orientação Pedagógica.....	31
9.4 Interligação entre as disciplinas do curso.....	32
9.5 Integração entre teoria e prática.....	32
9.6 Programas de acompanhamento e auxílio a alunos(as) com dificuldades de aprendizagem.....	33
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	34
10.1 Unidades Curriculares.....	36
10.2 Disciplinas por semestre letivo com Pré-Requisitos.....	36
10.3 Disciplinas por Unidades Curriculares.....	39
10.4 Disciplinas por Unidades Curriculares/Outros departamentos.....	42
10.5 Carga horária por Componentes Curriculares	42

10.6	Ementário das disciplinas.....	43
10.7	Estágio Supervisionado.....	80
10.8	Trabalho de Conclusão de Curso /Monografia.....	81
10.9	Atividades Complementares.....	81
11	INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR.....	82
12	QUADRO GERAL DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR.....	83
13	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	84
13.1	Do Projeto Político Pedagógico.....	84
13.2	Dos processos de ensino e de aprendizagem.....	85
14	CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A OFERTA DO CURSO.....	90
14.1	Corpo Docente.....	90
14.2	Infra-estrutura necessária.....	93
15	REFERÊNCIAS.....	96



1 APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta publicamente o projeto do curso de graduação de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), que será oferecido pelo Centro de Ciências Agrárias da UFC, segundo as Diretrizes Curriculares aprovadas em 10/12/2010, através do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 266/2010 e homologadas pelo Ministério da Educação em 19/12/2013, e instituídas em 13/01/2014 pela Resolução Nº 1 do CNE/CES, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Lei 9.394/96).

O Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas deve promover o exercício da intervenção profissional qualificada como parte do processo de formação, estabelecendo-se como polo de formulação, implementação, análise e avaliação das práticas de políticas públicas numa perspectiva crítica e plural. Interdisciplinar, o processo de formação do Bacharel em Gestão de Políticas Públicas visa desenvolver a compreensão da importância do contexto econômico, político, cultural e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas.

Este curso tem a finalidade de formar bacharéis com conhecimentos especializados em três grandes áreas: Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento; Políticas Sociais; e Avaliação de Políticas Públicas, aptos para a realização de análises, elaboração de planos, formulação, implementação e avaliação de políticas e reformulação de programas, projetos e implementação de ações no âmbito das políticas públicas. Pretende-se que o Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas promova o exercício da intervenção profissional qualificada como parte do processo de formação, estabelecendo-se como polo de formulação, implementação, análise e avaliação das práticas de políticas públicas numa perspectiva crítica e plural.

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas terá uma estrutura curricular interdisciplinar estruturada em diversos campos do conhecimento científico, integrando saberes da Ciência Política, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ciências Econômicas, Ciências Agrárias e Ambientais, Ciência da Informação, História, Geografia, Gestão do Território, Saúde, Educação e Cultura, Política Regional e Local, Desenvolvimento Econômico e Social. A combinação destes conhecimentos produz o referencial teórico e prático para a formação do futuro bacharel em Gestão de Políticas Públicas.



Desta forma, espera-se que o Curso de Gestão de Políticas Públicas proporcione ao(à) egresso(a) uma sólida formação interdisciplinar que, além de gestores(as) qualificados(as) para a atuação no setor público em sentido lato, contribua para o desenvolvimento, promoção da cidadania, reconhecimento das diversidades socioculturais, enfrentamento das desigualdades de gênero, melhoria das condições de vida da população e demais ações que visem o avanço da sociedade em suas múltiplas dimensões, através do desenvolvimento da compreensão da importância do contexto econômico, político, cultural e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas.

O curso será oferecido pelo Centro de Ciências Agrárias da UFC, com 50 vagas anuais, na modalidade presencial, no período vespertino, com algumas disciplinas podendo ser oferecidas no período diurno, com duração de 08 (oito) semestres, a serem integralizados em 4 (quatro) anos no mínimo e 6 (seis) anos no máximo, conforme determinado pela Resolução CEPE/UFC nº. 14, de 3 de dezembro de 2007.

O projeto do curso estrutura-se a partir das áreas do saber que sustentam a formação interdisciplinar dos futuros bacharéis e dos fundamentos pedagógicos que irão permitir a formação dos(as) alunos(as) em consonância com práticas de ensino-aprendizagem inovadoras (com base nas competências da equipe de professores da UFC, atuais e a serem contratados) e as demandas postas pela sociedade contemporânea.



2 JUSTIFICATIVA

A criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará tem como base o debate acadêmico sobre as políticas públicas, intensificado a partir dos anos 80, cuja temática tem avançado sistematicamente e os estudos sobre o tema crescido nos últimos anos. Não obstante, a globalização que, combinada com as mudanças nas economias nacionais, ameaçou as funções do Estado, pela tentativa de reversão das políticas universalistas de proteção social e pela falta de políticas setoriais no plano da produção, no Brasil, ao mesmo tempo, não houve, mesmo diante desta dinâmica mais ampla de globalização e do Estado mínimo, uma descontinuidade do crescimento da proteção social, tal como se registrou em outros países da região (ETULAIN, 2011).

As transformações ocorridas na sociedade brasileira, principalmente a partir do início dos anos 1980 – emergência dos movimentos sociais, fortalecimento do sindicalismo, manifestações de trabalhadores, manifestações populares por eleições diretas, formação da Constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 – a chamada “Constituição Cidadã” - colocaram na pauta das discussões novas demandas. A institucionalização dos direitos sociais, coletivos e, conseqüentemente, das políticas públicas constantes da Nova Carta Magna do país descortinaram um novo cenário que ensejou o crescente interesse pelo estudo das políticas públicas.

O processo de inovação e experimentação em programas governamentais, bem como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais, despertaram mais que curiosidade sobre os “micro” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro – revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo (ARRETCHE, 2003), indicando a necessidade de estudos na área de políticas públicas no Brasil.

A lacuna, percebida por Arretche (2003), tem sido preenchida por um número crescente de pesquisas, de criação de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em diversas universidades, com o conseqüente crescimento das dissertações e teses sobre temas relacionados às políticas públicas; no surgimento, nas universidades e fora delas, das "Escolas de Governo"; na criação de linhas de pesquisa especialmente voltadas para esse campo do conhecimento, nos programas de pós-graduação; e no estabelecimento de linhas especiais de financiamento para as investigações nessa área pelas agências de fomento nos últimos anos.



Novas agências governamentais foram criadas ou reativadas para o planejamento estatal e para a avaliação de políticas públicas, nos três níveis de governo; no plano da sociedade a instrumentalização do conhecimento científico tem sido uma constante por parte de ONGs e outros grupos; e, no caso do conhecimento acadêmico sobre as políticas públicas no âmbito da graduação, foram criados diversos cursos em várias universidades do país, constituindo-se o que se denominou como “Campo de Públicas” (FARIA, 2013).

Campo de Públicas é uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social, de universidades brasileiras, no interior de um movimento nacional pela afirmação da autonomia dessas áreas em relação à de Administração de Empresas, da qual, até então, os cursos eram vistos como subáreas.

Estes novos cursos tem sido implantados, em sua maioria, pelas Instituições Federais de Ensino Superior, muitos deles a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação. Implantados recentemente, a partir de 2009 e 2010, em sua maioria, esses cursos, ao enfatizarem o campo das políticas públicas ou da gestão pública tem se constituído como inovação importante no cenário da expansão do ensino superior do país (FARIA, 2013).

Sem esgotar o universo dos cursos criados neste escopo, podem ser destacados os cursos de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) em São Bernardo do Campo – SP, Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP/Each), Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB) e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Campinas (UNICAMP/Limeira).

Além desses, foram criados também novos cursos de graduação tecnológica em Gestão Pública na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) e/ou Gestão Social e alguns bacharelados híbridos entre Administração Pública e Gestão Social, tal como se verifica com o Curso Administração Pública: Gestão Pública e Social criado ainda pela UFC no campus do Cariri e hoje pertencente à Universidade Federal do Cariri (UFCa) em Juazeiro do Norte – CE e



Administração Pública e Gestão Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Também merecem destaque os cursos de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Gestão Pública da Universidade Federal do Paraná (UFPR/Matinhos), Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹.

Unidos em torno de afinidades teórico-metodológicas os cursos, dirigentes, professores e estudantes do Campo de Públicas constituem uma comunidade agregadora de atores (individuais e coletivos) acadêmicos, profissionais e políticos voltados à defesa dos valores, interesses e propostas concernentes à implantação e consolidação, no Brasil, de um ensino de graduação de qualidade, comprometido com os desafios da gestão pública necessária aos avanços sociais, políticos e administrativos nos governos, em seus diversos níveis (União, Estados e Municípios) e em seus diversos âmbitos (administração direta, indireta e fundacional, empresas públicas).

A ideia de um Campo de Públicas adquire forma e movimento consistentes a partir de 2005, quando têm início os esforços para retirar os cursos de Administração Pública da condição de subárea de Administração, com a proposta de que respondessem a Diretrizes Curriculares distintas daquelas a que se subordinavam as graduações em Administração.

Destaca – se que o Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP/Each) foi, em 2005, a primeira experiência de criação de um curso independente das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Administração recém aprovadas, tendo iniciado as suas atividades em fevereiro de 2005, com 120 alunos que optaram pela carreira de Gestor de Políticas Públicas (ARAÚJO, 2011).

Desde o advento da sanção, pelo Ministro da Educação, da Resolução da Resolução CNE 01/2014 (DCN próprias do Campo de Públicas), o Campo de Públicas adquire amparo normativo para se tornar, então, legal e institucionalmente, uma área específica no sistema educacional brasileiro, cujas especificidades são, em parte, delineadas na própria Resolução CNE 01/2014 e, em parte, estão sendo construídas pelo movimento por sua plena implementação.

Torna-se singular a experiência, no Brasil, de considerar, vinculados a uma única DCN e a processos avaliatórios comuns, vários cursos de graduação, como é o caso no Campo

¹ Ver Revista Temas de Administração Pública da UNESP, edições especiais 2010, 2011 e 2012, que apresenta a história de criação de 17 cursos do Campo de públicas.



de Públicas, que abrange os Cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, tornando-os um campo multidisciplinar do saber, de ensino e de pesquisa.

O novo Curso de Gestão de Políticas Públicas está voltado para a formação de quadros de nível superior, científica, técnica e eticamente preparados para assumir responsabilidades enquanto administradores públicos e administradores do terceiro setor; a formação de quadros profissionais de nível superior capacitados a conceber, elaborar, implementar, gerir, monitorar e avaliar políticas, planos, programas e projetos de agências governamentais e não governamentais.

Mais especificamente, a exemplo dos diversos novos cursos criados no âmbito do Campo de Públicas, o curso deverá qualificar os(as) alunos(as) para a pesquisa, elaboração de diagnósticos, análises técnicas de políticas, planos, programas e projetos; para a prática profissional e cidadã inspirada em valores éticos e no espírito público; para liderar e apoiar processos voltados para o aperfeiçoamento da Gestão Pública em seus vários níveis e setores; para promover os direitos humanos (econômicos, sociais, culturais, ambientais) e participar de processos voltados para o avanço da democracia e justiça social na sociedade brasileira



3 HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Gestão de Políticas Públicas da UFC está sendo criado a partir de diversas ações de pesquisa e extensão associadas à pós-graduação e à graduação na temática de políticas públicas realizadas pela UFC nos últimos dez anos, conforme especificadas a seguir:

3.1 Antecedentes na Pós-graduação

Na UFC o estudo sobre as políticas públicas vem se ampliando com mais intensidade desde a criação do Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) criado em 11/09/2000, com a aprovação CEPE/UFC e CONSUNI de 14/09/2000. Este resultou do acordo estabelecido, à época, entre a assessoria da Presidência da República, a Reitoria da Universidade Federal do Ceará, o Governo do Estado do Ceará e a Presidência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em 16/12/2004, o Programa foi recomendado e reconhecido pela CAPES, e, desde então, tem trilhado caminhos próprios, no sentido de se consolidar e se tornar referência na área de avaliação de políticas públicas. Atualmente, o MAPP está na sua sétima turma, com um total de 106 dissertações defendidas.

O Programa tem caráter interdisciplinar, direcionando-se para o campo específico de avaliação de políticas públicas, o que o distingue de outros cursos e programas orientados para o campo geral das políticas públicas. Assim, propõe uma consistente formação analítica, na interlocução entre diferentes paradigmas de avaliação, aliada a uma permanente construção de novas metodologias, na articulação entre distintas abordagens e técnicas, de diferentes disciplinas, visando o delineamento de mecanismos, estratégias e instrumentais técnicos na formação do avaliador e viabilização de pesquisas em avaliação de caráter interdisciplinar.

O Programa tem como intuito viabilizar a qualificação de profissionais da administração pública, dos organismos estatais e demais entidades da sociedade civil, dotando-os de instrumental teórico e metodológico específico e apropriado à avaliação de políticas públicas sociais. São objetivos específicos:

- a) Propiciar e difundir conhecimentos teórico-metodológicos a profissionais que atuam na área de políticas públicas, uma compreensão da realidade socioeconômica, política, ambiental e cultural do país, da região Nordeste e do estado do Ceará, entendidos no contexto do sistema mundial, estabelecendo as necessárias relações e mediações;



- b) Contribuir para a institucionalização de uma cultura de avaliação de políticas públicas no âmbito do Estado em suas relações com a sociedade civil, na perspectiva de intervir, de forma qualificada, na gestão pública;
- c) Desenvolver a produção técnico-científica em avaliação de políticas públicas de caráter social por meio de estudos e pesquisas que viabilizem a análise neste campo;
- d) Priorizar a construção de novas metodologias de avaliação de políticas públicas, em resposta às demandas de produção de conhecimento deste campo emergente para a constituição de uma epistemologia de avaliação de políticas públicas;
- e) Viabilizar a interdisciplinaridade no campo da avaliação de políticas públicas a partir das inter-relações teórico-metodológicas das diferentes disciplinas e áreas do conhecimento no ensino e na pesquisa;
- f) Consolidar o Núcleo Multidisciplinar de Políticas Públicas (NUMAPP) como um centro de produção de pesquisa em avaliação de políticas públicas, gerador de um conhecimento crítico-analítico que contemple a concepção e desenho das políticas, os processos de sua implementação, seus impactos sociais, políticos, culturais e ambientais contextualizados em distintos tempos e espaços, contemplando as escalas global, nacional, regional e local;
- g) Formar avaliadores de políticas públicas com um perfil técnico-analítico, em uma perspectiva interdisciplinar para a atuação qualificada nos diferentes espaços profissionais: órgãos federais, estatais, municipais, fundações, empresas e em organizações não-governamentais.

Há apenas uma Área de Concentração, Avaliação de Políticas Públicas, com três linhas de pesquisa: 1 Políticas Públicas e Mudanças Sociais, 2 Desenho de Políticas Públicas de Caráter Social e 3 Políticas Públicas, Território e Cultura. As linhas de pesquisa foram concebidas de forma a inserir diferentes setores e temas da área de Políticas Públicas, a saber: saúde, educação, desenvolvimento local e/ou regional, políticas rurais e urbanas, turismo, meio ambiente, segurança pública, seguridade e inclusão social, com o intuito de afirmar o caráter multidisciplinar do Programa e constituir a prática interdisciplinar na avaliação de políticas públicas.

Assim, as linhas de pesquisa não priorizam os setores e temas das políticas públicas, e sim perspectivas que orientam a avaliação, a saber: 1 estudo da efetividade de políticas e programas no tocante a mudanças sociais; 2 estudo do desenho de políticas e programas com o intuito de avaliar a formulação das políticas e/ou elaborar novas



metodologias; 3 estudo de políticas e programas sociais, com ênfase nas variáveis território e cultura, e seus efeitos sobre populações e meio-ambiente. Isto significa que qualquer tema/setor da política pública pode se inserir nessas linhas de pesquisa e o que determina a classificação em uma ou outra linha é o foco da avaliação. Ressalta-se que cada linha conta com professores de diferentes áreas disciplinares, preservando a proposta multidisciplinar e interdisciplinar do Programa.

3.2 Antecedentes na Graduação

No âmbito da graduação, as discussões sobre as políticas públicas tiveram como vetor fundamental a criação do Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP) em 2008 por como resultado de uma sequência de estudos na área de políticas públicas e mudanças sociais do meio rural cearense ao longo dos últimos dez anteriores, por professores dos Departamentos de Economia Doméstica e Economia Agrícola do Centro de Ciências Agrárias da UFC.

Os primeiros estudos trataram da avaliação dos assentamentos rurais que resultaram do I Plano Nacional de Reforma Agrária e de experiências estaduais de assentamentos. Outros trabalhos foram executados com a população rural atingida pela implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, nos quais foram analisados os efeitos da implantação do Complexo na qualidade de vida das famílias rurais atingidas pela obra. Em seguida, realizou-se uma pesquisa em 1993, com vistas a analisar a estratégia de reassentamento utilizada com a população rural atingida por obras de infraestrutura no estado do Ceará, trabalhando com os atingidos pela Barragem do Castanhão.

Neste esforço, foi possível iniciar um estudo da política de reassentamento, recuperando a história da construção da Barragem sob a perspectiva dos atingidos, das lideranças locais e dos técnicos diretamente envolvidos no processo de reassentamento. Também foi possível verificar, até aquele momento, as repercussões das ações governamentais nas condições de vida das populações atingidas.

O LEPP é um Programa de Extensão de caráter permanente da UFC e desenvolve ações de extensão e de pesquisa, associadas ao ensino, através de um grupo interdisciplinar de pesquisadores dos Departamentos de Economia Doméstica, Economia Agrícola, Geografia e do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. Constitui-se em um espaço para a formação de ambientes de estudos científicos sobre as políticas públicas no âmbito de sua formulação,



gestão, acompanhamento e avaliação e foi baseado no desenho institucional do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do qual o LEPP é laboratório associado.

No âmbito do **Ensino**, o Laboratório propôs ao Curso de Economia Doméstica a criação das disciplinas: “Políticas Públicas de atendimento às Famílias no Brasil”; “Políticas de Microcrédito para Famílias e Comunidades” “Políticas Públicas e Economia Solidária” e “Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural”, que são oferecidas como Estudos Especiais para o Curso de Economia Doméstica.

Em **Extensão**, o Laboratório presta assessoria e consultoria a organizações, associações comunitárias, grupos e movimentos sociais que lidam com a temática das políticas sociais voltadas para as famílias e desenvolve metodologias para a implementação, monitoramento e avaliação de projetos sociais que tenham por finalidade tratar da exclusão social da população. Vale ressaltar que as ações e os estudos são realizados tendo sempre como foco o desenvolvimento de procedimentos metodológicos que procuram retratar as condições específicas do público para os quais as políticas estudadas são propostas. Outras ações de extensão já realizadas foram Seminários, Ciclo de Debates e Cursos. Além destas ações o LEPP possui uma Hemeroteca classificada em torno das temáticas estudadas.

No campo da **Pesquisa** foram realizados estudos sobre Políticas e Programas de Desenvolvimento Rural, com participação de professores dos Departamentos de Economia Doméstica, Economia Agrícola e Geografia da UFC e estão sendo realizadas pesquisas em parceria com o ETTERN/IPPUR/UFRJ, entre as quais se destaca a pesquisa “Observatório de Conflitos Urbanos na cidade de Fortaleza”. Associada a esta pesquisa, está em processo de construção a Rede Brasileira de Observatórios de Conflitos Urbanos formada por um conjunto de equipes de pesquisa, em diferentes cidades brasileiras, tendo por objetivo promover estudos comparados sobre conflitos urbanos; todos os grupos operarão com a mesma metodologia de coleta e registro de informações.

Também está em desenvolvimento em parceria com o ETTERN/IPPUR/UFRJ a pesquisa “Observatório Socioambiental de Barragens (OSAB)” (www.observabarragem.ippur.ufrj.br), um banco de dados online que registra, organiza e disponibiliza informações sobre barragens e aproveitamento hidrelétricos no Brasil. Também está sendo realizada uma pesquisa intitulada “Observatório Socioambiental de Barragens: desenvolvimento de um sistema de informações sobre a construção de barragens no estado do



Ceará (OSAB-CE)²”, que tem por objetivo estruturar o Observatório Socioambiental de barragens do estado do Ceará (OSAB-CE) através do desenvolvimento de um sistema de informações que incorpore dados sobre as especificações técnicas, as articulações corporativas, os impactos ambientais, as pendências sociais, os conflitos e os rearranjos espaciais engendrados pela construção de barragens no Ceará.

Ainda em parceria com o ETTERN/IPPUR/UFRJ está sendo realizada a pesquisa “Megaeventos Esportivos: Conflitos Urbanos, Direitos Humanos e Cidade de Exceção”, cujo objetivo é a consolidação de metodologia de pesquisa e análise de ações decorrentes dos megaeventos esportivos nas cidades sedes da Copa do Mundo 2014 que impliquem em conflitos urbanos, violações de direitos humanos e atos de exceção. A metodologia desta pesquisa inclui a construção colaborativa de conceitos e categorias de análise a partir da promoção de diálogo entre pesquisadores em rede nacional, de instituições de pesquisa das cidades-sede dos megaeventos esportivos, e o desenvolvimento de instrumental de sistematização, análise e difusão de informações a ser implementado em âmbito nacional.

Como instrumento de pesquisa e parte da metodologia, desenvolve-se uma plataforma e sistema de gerenciamento e difusão de informações a partir de banco de dados já em desenvolvimento em caráter preliminar pelo ETTERN/UFRJ, em colaboração com pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa das cidades-sede dos megaeventos, integrantes da Rede de Observatório de Conflitos Urbanos, quais sejam, das equipes do Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Brasília, Curitiba e Porto Alegre.

Além dos estudos e pesquisas contemplando diversas áreas, em intercâmbio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o LEPP tem, há mais de três anos, estreitado os vínculos com professores do Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV) no sentido de desenvolver metodologias voltadas para o desenvolvimento social, que redundaram na criação recente do Grupo de Pesquisa “Desenvolvimento Humano, Social e Vida Cotidiana”, oficialmente criado no Workshop com o mesmo nome que aconteceu em 29 e 30 de março de 2014 na cidade de Viçosa.

Ao longo dos anos o LEPP tem realizado diversos eventos na temática de políticas públicas, o primeiro deles teve por tema “Família e Políticas Públicas” e foi um espaço para discussão de temáticas referentes às Políticas de Microcrédito, Economia Solidária e Segurança Alimentar e aconteceu em Fortaleza de 23 a 25 de junho 2008. O Seminário de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural, realizado no ano seguinte, foi um espaço

² Esta pesquisa contou com financiamento do CNPq.



para discussão de temáticas referentes às políticas públicas rurais, especificamente no que diz respeito a agricultura familiar e suas inter-relações com a segurança e soberania alimentar das famílias e às políticas de convivência com o semiárido.

Posteriormente, o LEPP iniciou um Ciclo de Debates para a discussão de temas associados às políticas públicas, entre as quais a realização da palestra Desemprego, Mercado de Trabalho e Políticas Públicas, realizada em 2009, com a presença do Prof. Alberto de Oliveira da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Prof. Osmar de Sá Pontes da Universidade Federal do Ceará (UFC). Os temas debatidos foram: Desemprego, Mercado de Trabalho e Políticas Públicas,

Na Palestra “Os Grandes Projetos de Intervenção Urbana e a Questão da Moradia”, estudantes de graduação pós-graduação e pessoas interessadas no assunto, tiveram a oportunidade de debater temas relacionados com os Grandes Projetos de Intervenção Urbana e a Questão da Moradia. O evento foi realizado em 2010 e contou com a presença do Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus da UERJ/ETTERN-IPPUR-UFRJ, de representantes do Movimento de Luta das Comunidades em Defesa da Moradia e do Escritório Frei Tito de Alencar, da Assembleia Legislativa do estado do Ceará. Este evento marcou o início da atuação do LEPP na discussão das políticas de desenvolvimento urbano, em especial às relacionadas aos megaeventos esportivos.

Mais recentemente, no final de 2013, o LEPP promoveu a palestra “Megaeventos e o direito à cidade no contexto das remoções”, com a participação do prof. Dr. Carlos Bernardo Vainer, coordenador do ETTERN/IPPUR/UFRJ, laboratório de pesquisa ao qual o LEPP é laboratório associado. Esta ação foi parte componente das pesquisas desenvolvidas em parceria LEPP/ETTERN relacionadas às ações ligadas à Copa do Mundo 2014.

Como referido anteriormente, o LEPP tem desenvolvido estudos e dado assessoria a diversas instituições, notadamente no campo das Políticas Sociais, principalmente no desenvolvimento de metodologias de trabalhos comunitários e avaliação de políticas de geração de renda. Neste sentido, merece destaque o Projeto Tecnologias Sociais de Geração de Renda Familiar: proposta de desenvolvimento de metodologias uma iniciativa **do** Instituto de Promoção da Nutrição e do Desenvolvimento Humano (IPREDE) de contornar o elevado grau de vulnerabilidade social das famílias atendidas pela instituição.

O projeto foi uma parceria entre o IPREDE e a Universidade Federal do Ceará, por meio do Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP). O “GeraRenda”, nome fantasia do projeto, visava especificamente uma formação básica e específica de 15 mães e/ou



cuidadoras atendidas pelo IPREDE em um curso de artigos Têxteis e de Vestuário, construindo uma proposta metodológica para programas de geração de emprego e renda, auxiliada pelo monitoramento de todas as ações executadas ao longo do projeto. Este projeto teve o apoio financeiro do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

O LEPP também desenvolveu um projeto no âmbito do Setor de Responsabilidade Social Corporativa de uma empresa o projeto “Geração alternativa de renda comunitária”, que teve como objetivo principal proporcionar a capacitação e orientações básicas para a formação de grupos produtivos para geração de renda em duas comunidades de Fortaleza e uma do interior do Estado.

O objetivo do projeto foi ajudar os participantes a se organizarem como grupos de trabalho produtivo, estimulando a profissionalização dos artesãos e elevando a produção a níveis que permitissem o acesso a canais de distribuição e comercialização mais rentáveis para as comunidades. Buscou-se disponibilizar assessoria técnico-científica através de uma equipe multidisciplinar que viabilizou a implantação desses grupos, para que a partir de então buscassem a autonomia e a sustentabilidade na geração de renda.

O LEPP também realizou uma avaliação da execução das ações de responsabilidade social corporativa da empresa no tocante a projetos de geração de renda em 19 comunidades nos quais esta desenvolveu projetos entre os anos de 2007 a 2009 em Fortaleza e em cidades do interior do Estado. Os dados obtidos com a pesquisa de campo foram analisados à luz da bibliografia pertinente ao tema da avaliação de programas e foram investigadas as dimensões de gestão, execução e impactos. Este trabalho redundou em um trabalho posterior de desenvolvimento de um indicador para a avaliação de projetos de geração de renda, denominado Índice de Desenvolvimento Humano Familiar (IDH-F), indicador este adotado pela empresa para a avaliação dos seus projetos desde então.

Estas ações redundaram em uma solicitação encaminhada pelo LEPP à referida empresa para realizar um piloto do Estágio em Residência Social, proposto para ser desenvolvido como uma experiência teste para a implantação no Curso de Gestão de Políticas Públicas em substituição ao estágio tradicional. A proposta foi prontamente aceita pela empresa, que abriu uma vaga para que este teste pudesse ser realizado; definiu-se que a estudante iria acompanhar as ações nas comunidades atendidas pela empresa durante dois meses, acompanhando uma rede de lideranças comunitárias para a identificação das necessidades de formação de seus quadros. Após este período, serão definidos os cursos a serem oferecidos para contemplar estas demandas.



Outra instituição com quem o LEPP tem trabalhado desde o seu início é o Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos – CEARAH Periferia – é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada em 1991, que atua principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana (CE-Brasil). Filiado à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e membro do Conselho Nacional das Cidades. Seu principal objetivo é o apoio ao Movimento Popular Urbano em suas lutas, visando a melhoria das condições de vida nos assentamentos humanos por meio do desenvolvimento e fortalecimento de ações coletivas no âmbito da habitação, geração de renda e capacitação de lideranças comunitárias.

Os trabalhos desenvolvidos com o Cearah Periferia inicialmente foram voltados para discussões dos projetos de Economia Solitária e Gênero e posteriormente na formação dos movimentos sociais na questão da moradia, na forma de cursos oferecidos na modalidade à distância. Estes cursos têm sido realizados através da Plataforma Solar do Instituto UFC Virtual. A parceria entre o LEPP e o Cearah Periferia resultou na elaboração de um Convênio entre a UFC e a referida instituição, convênio este que durou quatro anos e que foi renovado em 2013.

O LEPP tem utilizado desde o seu início uma combinação de metodologias em virtude da grande abrangência temática dos estudos e ações que abordam as dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais das políticas e dos programas governamentais. O fio condutor destas diferentes metodologias é o enfoque interdisciplinar e participativo que garante a abordagem da totalidade, evitando a segmentação das análises e dos resultados.

Nestes pouco mais seis anos de atuação, o LEPP tem se consolidado com um ambiente de estudos e disseminação de conhecimentos científicos sobre políticas públicas no âmbito de sua formulação, gestão, acompanhamento e avaliação e que digam respeito ao atendimento de necessidade das famílias rurais e urbanas; ao mesmo tempo, em que buscou desenvolver nos (as) alunos (as) da graduação as habilidades de pesquisa e os estimular a ingressar em cursos de pós-graduação.



3.3 Outras experiências relevantes no campo da Pesquisa e da Extensão

3.3.1 Programa Residência Agrária

Também merece destaque especial, o Programa Residência Agrária, criado no âmbito do Centro de Ciências Agrárias (CCA/UFC), que entre outras ações inovadoras, tem se dedicado a estudos das políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar e Agroecologia, dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), programa este que tem o objetivo de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados e atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, propondo e apoiando projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

O Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica – Programa Residência Agrária foi criado pela Portaria 057 de 23 de julho de 2004, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do PRONERA. A execução das ações do Programa ficaram a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que estabeleceu parcerias com Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior e Movimentos Sociais do Campo para o desenvolvimento dos trabalhos (MOLINA, 2009, apud FERNANDES, 2013).

Para integrarem o Programa as universidades deveriam ser públicas, terem experiência com pesquisas em áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar e ofertarem nos currículos dos cursos, disciplinas que abordem o desenvolvimento do campo. O Programa deveria estabelecer duas etapas na realização das suas atividades. Na primeira, estudantes cursando o último semestre da Graduação deveriam realizar um Estágio de Vivência em um assentamento rural de seu Estado a partir de um estudo participativo da realidade. Esse estudo resultaria no Trabalho de Conclusão de Curso e num plano de trabalho para os próximos dois anos, o que contemplaria as atividades de pesquisa em uma segunda etapa do Programa: o oferecimento de um Curso de Especialização. Ao final da realização das duas etapas do Programa, os Especialistas formados estariam aptos a atuarem na realidade das áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária visando promover o desenvolvimento rural no país (MOLINA, 2009, apud FERNANDES, 2013).

Nessa perspectiva, a Universidade Federal do Ceará (UFC), foi convidada pelo MDA a integrar o Programa em seu projeto piloto, junto com a Universidade Federal do Semiárido (UFERSA) e Universidade Federal do Piauí (UFPI) agregando o grupo de



Universidades que compunham a região Nordeste (Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte). Além destas, mais 12 Universidades fizeram parte do Programa no Brasil, sendo que a primeira Turma do Programa Residência Agrária contou com a participação de quinze Universidades públicas: UFAC, UFPA, UFC, UFERSA, UFPI, UFS, UFRPE, UFBA, UFPB, UNEMAT, UFG, UFRRJ, UNICAMP, UFSM e UFPR. (ESMERALDO et. al, 2009, p.64, apud FERNANDES, 2013).

O Programa Residência Agrária foi o inspirador para a proposição no Curso de Gestão de Políticas Públicas do Estágio em Residência Social, em substituição ao estágio tradicional, conforme especificado anteriormente.

3.3.2 Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF)

Relevante trabalho também tem sido realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF) vinculado ao Departamento de Economia Doméstica e filiado à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Participa, também, das atividades da Rede Internacional de Gênero e Globalização e da Rede de Educação Popular da América Latina e do Caribe.

Embora o NEGIF tenha iniciado suas atividades em 1997 a sua criação no CONSUNI da UFC se deu em 1999. De 1998 a 2002 desenvolveu pesquisas sobre violência contra a mulher; mulheres trabalhadoras das indústrias têxtil e de metalurgia; conselho da mulher e movimento feminista; jovens, família e consumo; famílias rurais e juventude; relações familiares, gênero e identidade de jovens; mulher e trabalho doméstico e políticas de saúde para a família, adolescente e sexualidade, temas que tem sido abordados e tratados pelas políticas públicas voltadas para a mulher e as que tenha foco em geração, como as políticas voltadas para a infância, juventude e pessoa idosa.

3.3.3 Participação dos professores em pesquisas relacionadas às políticas públicas

Também destaca-se a participação de diversos professores do Departamento de Economia Doméstica na inserção em diversas Políticas e Programas, seja através do desenvolvimento de pesquisa ou de execução de ações, entre as quais podem ser nomeadas as Políticas/Programas de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional; Educação Infantil;



Gênero; Juventude e Pessoa Idosa; Reassentamento de populações urbanas e rurais; Microcrédito e Economia Solidária, com efetiva contribuição no campo das políticas públicas.

Não menos importante dentro do contexto de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas são as pesquisas desenvolvidas pelos professores componentes da Comissão de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas, entre as quais podem ser destacados estudos sobre economia solidária e microcrédito; direitos humanos de crianças e adolescentes; juventude e exclusão social; gênero, redes e movimentos sociais; juventude, política e relações de gênero; programas ligados à reforma agrária; políticas de reassentamento rural; políticas de desenvolvimento rural; políticas urbanas; políticas de geração de renda; controle social de políticas públicas; segurança e soberania alimentar. Também ressaltam-se as orientações de dissertações no Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas, dos professores participantes do Programa, em avaliação dos mais variados programas e políticas públicas.

3.4 A proposição da criação do Mestrado em Gênero, Direitos Humanos e Políticas Públicas

Outro projeto recente que foi definidor da decisão de criar o curso de Gestão de Políticas Públicas foi a proposição, por parte de professores das Universidades francesas de Lyon 2 e Toulouse 2, da criação de um Programa de Mestrado “Gênero e Políticas Públicas”, encaminhados à prof.^a Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, componente da comissão de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas e com larga experiência na temática. A proposta foi encaminhada ao Departamento de Economia Doméstica pela prof.^a Gema para discussão, sendo formada uma comissão para elaborar a proposta de um Mestrado nesta temática, após a visita das duas professoras francesas.

A comissão elaborou uma proposta para a criação de um Mestrado que foi nomeado de “Mestrado em Gênero, Direitos Humanos e Políticas Públicas”, que, ao ser elaborada, tornou patente a necessidade da criação de um curso de graduação com a qual pudesse estabelecer um elo teórico-metodológico consistente na temática das políticas públicas com enfoque dos direitos humanos e gênero. O projeto está sendo concebido para ser um mestrado, de caráter binacional, dentro da Rede EGALES, o que possibilitará que sejam estabelecidas parcerias internacionais futuras, já em negociação, a serem consolidadas com o novo curso.

A Rede EGALES é uma rede de universidades de 12 países, que tem oferecido formação inovadora no apoio a concepção, implementação e avaliação das políticas de



igualdade de gênero e de forma mais geral na luta contra a discriminação, envolvendo sete universidades europeias de distintos países. Com a possibilidade da criação do mestrado, a UFC foi escolhida para ser a sede da Rede EGALES na América do Sul.

3.5 Discussão da proposta de criação do Curso com Entidades Parceiras

Ainda na discussão do projeto de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas foram feitos contatos pelo LEPP com instituições parceiras, com a finalidade de apresentar a proposta de criação do novo curso e submetê-la à apreciação e encaminhamento de sugestões que pudessem contribuir para a efetivação da proposta do novo curso. Buscou-se neste momento, saber quais as demandas de instituições que desenvolvessem ações possíveis de serem atendidas pela nova formação proposta. Sugestões foram encaminhadas e incorporadas no texto desta proposta, principalmente na composição das disciplinas e também na aceitação de testar o “Residência Social”, conforme detalhado anteriormente.

Neste contexto, nasce o Curso de Gestão de Políticas Públicas da UFC, a partir de diversas ações de pesquisa e extensão associadas à pós-graduação na temática de políticas públicas realizadas pela UFC nos últimos dez anos. Destaque-se que será o primeiro Curso do Campo de Públicas criado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas do Campo de Públicas (DCN's) aprovadas em 10/12/2010, através do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 266/2010 e homologadas pelo Ministério da Educação em 19/12/2013, e instituídas em 13/01/2014 pela Resolução Nº 1 do CNE/CES.



4 PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os princípios norteadores definidos para o Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas, tendo como pano de fundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, buscam o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo à responsabilidade pela res pública, e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado, ensejando uma formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, como administradores ou gestores na administração pública estatal e não estatal, nacionais e internacionais; como analistas, formuladores e avaliadores de políticas públicas.

Interdisciplinaridade: o Projeto Pedagógico do Curso tem uma natureza interdisciplinar com uma visão crítica, que vai além dos reducionismos teórico-metodológicos calcados na técnica pela técnica. Busca compreender as relações estabelecidas entre diferentes atores e sujeitos no processo de formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas. O curso é, por natureza, interdisciplinar, na busca constante da rotinização da interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa sobre as políticas públicas.

Desta forma, entende-se o profissional a ser formado como um agente de múltiplos saberes, permitindo uma ampla visão de seu campo de atuação em constante interação e troca com saberes de outros campos. Espera-se que os saberes interdisciplinares possibilitem uma reflexão crítica e transformadora, formando um profissional com sensibilidade e capacidade de diálogo apto a realizar uma leitura interdisciplinar e multidimensional dos fenômenos associados às políticas públicas.

Natureza generalista da formação: outro princípio importante é a natureza generalista da formação, justificada pela complexidade das relações envolvidas nos processos relacionados à gestão de políticas públicas, esperando-se, deste modo, formar um profissional especializado, mas com formação teórica e instrumental abrangente – técnica e humanística, que propicie o desenvolvimento e a capacidade intelectual dos estudantes e forme um profissional que possa buscar continuamente a sua autonomia intelectual.

Flexibilidade na estruturação curricular: a diminuição do número de pré-requisitos nas disciplinas, a possibilidade do (a) aluno (a) cursar disciplinas opcionais e a quantidade e qualidade de disciplinas optativas, permitem uma maior flexibilidade na estruturação do seu currículo de acordo com suas respectivas necessidades e interesses



peçoais e profissionais. Permite-se assim uma maior liberdade do (a) aluno (a) na construção de seu próprio itinerário formativo particular;

Interligação entre as disciplinas do curso: busca-se neste projeto integrar a participação de alunos (as) e professores nas diversas disciplinas oferecidas em cada semestre, objetivando-se o inter-relacionamento dos saberes e dos profissionais envolvidos, através do estímulo à proposição desde trabalhos compartilhados entre disciplinas ofertadas em um mesmo semestre letivo até o desenvolvimento de atividades formativas ao mesmo tempo transversais e paralelas ao Curso, como realização de oficinas, exposições, palestras e debates, estabelecidos a partir de parcerias entre alunos (as) e professores de diversas áreas.

Todos os conteúdos do Curso se inter-relacionam, na perspectiva de articular o conhecimento teórico com a ação prática na análise e na intervenção relacionadas com a gestão de políticas públicas. Desta forma, serão desenvolvidas atividades pedagógicas que irão além da sala de aula que estimulem a elaboração e a implementação de agendas públicas.

Integração entre teoria e prática: o projeto foi elaborado de forma a contemplar a integração teoria-prática, visando proporcionar ao estudante uma educação baseada na reflexão crítica e na prática. A Universidade deve ser uma arena de discussão, de experimentação, de criatividade na produção de ideias e conhecimento e as disciplinas oferecidas no Curso devem propiciar este tipo de ação.

Sinergia na tríade ensino-pesquisa-extensão: a educação é entendida como ações de ensino, pesquisa, extensão e informação, considerando-se sempre o indivíduo como o sujeito integrado e integrador da sociedade, de forma a permitir um diálogo que irá contribuir para propor novos enfoques teórico-metodológicos. A produção do conhecimento, mediante a pesquisa e a extensão, será o critério basilar para o processo de avaliação do ensino-aprendizagem; nesse processo é importante que o estreitamento entre teoria e prática se dê mediante o contato do discente com a realidade socioeconômica do Ceará, desde o início da formação acadêmica, tendo como coroamento as atividades do Residência Social, previsto neste projeto de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas.

Atividades complementares: a valorização do conhecimento que se produz fora do ambiente universitário deverá ser considerado e estimulada a participação coletiva com a comunidade, possibilitando a interação permanente dos estudantes e professores do curso com a sociedade.

O curso tem a finalidade precípua de dotar o (a) aluno (a) de um instrumental composto de ferramentas e procedimentos metodológicos para torna-lo apto para o



diagnóstico abrangente dos problemas e a busca de soluções adequadas. O gestor de políticas públicas deve ser capaz de elaborar diagnósticos adequados, elaborar propostas de construção de indicadores de monitoramento e avaliação e considerar como ponto central de sua ação as demandas provenientes da sociedade, incluindo os movimentos sociais e as instituições representativas dos diversos interesses em pauta.

Definido e posto desta forma, o compromisso basilar do curso será sempre com a qualidade de conteúdo, de experiências e de metodologias de ensino e de pesquisa e de formação de profissionais aptos a responderem às demandas do mercado de trabalho de uma maneira *stricta*, tendo em vista sempre o indivíduo e a sociedade de modo *lato*.



5 OBJETIVOS DO CURSO

5.1 Objetivo Geral

- ✓ Formar, através da perspectiva interdisciplinar, Bacharéis em Gestão de Políticas Públicas aptos(as) para a realização de análises, elaboração de planos, formulação, implementação e avaliação de políticas e reformulação de programas, projetos e implementação de ações no âmbito das políticas públicas.

5.2 Objetivos Específicos

- a) Promover a formação teórica e prática de profissional qualificado(a) para atuar como gestor(a) de políticas públicas em órgãos públicos, agências reguladoras, organizações não governamentais e setor de responsabilidade social corporativa;
- b) Provocar a formação e conhecimentos técnicos e científicos do(a) Bacharel em Gestão de Políticas Públicas nas áreas de planejamento, coordenação, direção, assessoramento, implementação e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento social;
- c) Fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social;
- d) Criar instrumentos e desenvolver tecnologias de análise, intervenção e controle social das políticas públicas, notadamente as de caráter social;
- e) Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes, uma ampla formação humanística e uma consciência social que os habilite a contribuir para o fortalecimento da democracia, da cidadania, do bem-estar social e dos direitos humanos e ambientais.



6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O(A) Bacharel em Gestão de Políticas Públicas formado pela UFC deverá ser capaz de

- a) assumir posições de liderança no desenvolvimento das atividades de direção, coordenação, consultoria, assessoria, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas;
- b) tomar decisões e gerenciar políticas públicas, com base nos princípios cidadãos de justiça social e participação;
- c) compreender as relações entre o Estado e a Sociedade no mundo atual, os fundamentos teóricos da agenda pública contemporânea, a dinâmica das organizações públicas e sociais, sua cultura e seu comportamento;
- d) analisar os modelos e os instrumentos de gestão pública, a estruturação de organismos governamentais e não governamentais formuladores e implementadores de políticas públicas;
- e) compreender o papel do(a) dirigente e do gestor público, com atribuições de integrar programas de políticas públicas, de otimizar recursos públicos, de reformular programas e projetos, de monitorar e avaliar políticas públicas;
- f) selecionar e utilizar instrumentos de políticas públicas de modo a estabelecer relações intergovernamentais e interinstitucionais e promover a interlocução, a negociação e a formalização de resultados;
- g) compreender os princípios básicos do serviço público brasileiro e das organizações sociais não-governamentais nos três níveis de governo;
- h) formular políticas públicas, propondo estruturas e modelos de gerenciamento;
- i) trabalhar em equipes multiprofissionais e com gestão participativa e democrática;
- j) aplicar métodos qualitativos e quantitativos, com visão global e interdisciplinar;
- l) propor a simplificação e o aperfeiçoamento dos modelos de gestão, demonstrando iniciativa e criatividade.



7 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O(A) bacharel egresso do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas – Bacharelado será um profissional com formação pluridisciplinar qualificado para atuar em qualquer nível de governo e em instituições sociais de caráter público (não necessariamente governamentais) na gestão de políticas públicas, estando habilitado para compreender a complexa máquina que compõe o Estado e as demais instituições que com ele atuam, bem como para atuar em processos de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas, nas mais diversas áreas e em distintos contextos políticos, econômicos e sociais, através de mecanismos inovadores e que visem fundamentalmente a produção dos melhores resultados em termos sociais.

Por meio de uma formação interdisciplinar, o aluno irá desenvolver sua compreensão da importância do contexto político, social e econômico na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas. Em face de sua formação humanista e crítica, está comprometido(a) com os valores republicanos e democráticos e voltado(a) para a conquista da justiça social e ambiental, compondo um perfil profissional que integre as dimensões política, técnica e ética.



8 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O(A) Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pode atuar em:

- Entidades públicas nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas esferas federal, estadual e municipal; autarquias; agências reguladoras; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências de desenvolvimento; fundações públicas, consórcios públicos; entidades e agências das regiões metropolitanas e associações de municípios e outros;
- Organizações da Sociedade Civil, tais como: fundações, associações, movimentos e projetos sociais e outras;
- Cooperativas e organizações de economia solidária;
- Instituições participativas, tais como conselhos, orçamentos participativos, fóruns, conferências e outros;
- Empresas privadas em áreas como: relações governamentais, responsabilidade social corporativa, consultorias relacionadas ao setor público, concessionárias de serviço público;
- Organizações internacionais, organismos multilaterais e representações diplomáticas;
- Organizações de representação política e profissional, tais como: partidos políticos, sindicatos, entidades de classe e outras;
- Instituições de ensino e pesquisa.



9 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O projeto pedagógico de um curso de graduação deve considerar o tipo de profissional a ser formado e para que tipo de sociedade em que ele irá intervir; os paradigmas que informam e sustentam o projeto pedagógico; os tipos de conhecimentos, habilidades e valores a serem experienciados e desenvolvidos pelos (as) alunos (as) e as implicações para as práticas de ensino-aprendizagem nas diversas instâncias do curso. Desta forma, a metodologia de ensino aprendizagem buscará atender o proposto a seguir:

9.1 Flexibilidade na Estruturação Curricular

Uma estrutura curricular flexível torna-se essencial na concepção e criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas, dada a complexidade de saberes e práticas do campo das políticas públicas. Serão utilizados os elementos elaborados no vasto espectro de correntes pedagógicas que têm se debruçado sobre ações de ensino-aprendizagem, fundamentando as múltiplas práticas docentes.

A adoção de disciplinas iniciais obrigatórias rege a definição de perfis profissionais básicos já com enfoque em políticas públicas, complementados pelo emprego de disciplinas de caráter específico da formação em políticas públicas, seguida pelas disciplinas optativas agrupadas em três ênfases de concentração do Curso: Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento; Políticas Sociais e Avaliação de Políticas Públicas. Isto permitirá a especialização do(a) aluno(a) do Curso de Gestão de Políticas Públicas, possibilitando o estabelecimento de formações individuais, com conteúdos e conhecimentos diferenciados, estabelecidos através dos itinerários formativos; estas serão complementados por disciplinas optativas escolhidas dentre as não que não compõem os itinerários formativos definidos.



9.2 Interdisciplinaridade

O processo de ensino-aprendizagem terá como base metodologias que permitam potencializar o caráter **interdisciplinar** da formação. As práticas educativas a serem adotadas serão permanentemente avaliadas em encontros, nos quais estarão presentes docentes e discentes vinculados às disciplinas de cada semestre letivo e farão parte do processo de avaliação do Curso.

A avaliação do processo de ensino e apropriação de conhecimentos terá por objetivo identificar a necessidade ou não de mudanças das práticas pedagógicas, inclusive de conteúdo das disciplinas frente aos objetivos da formação. O formato e a periodicidade dos encontros serão detalhados pelo Colegiado e pela Comissão de Avaliação do Curso, comissão a ser formada tão logo as atividades sejam iniciadas, e que deverá ser composta pelos representantes das Unidades Curriculares do Curso e de representação estudantil. Desse modo, espera-se que seja criado um ambiente acadêmico que favoreça a uma maior efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

9.3 Orientação pedagógica

Em virtude da natureza **interdisciplinar**, considera-se que o processo de formação do Curso de Gestão em Políticas Públicas deve estar pensado e calcado fortemente no estímulo e no oferecimento de condições para a criação de um ambiente acadêmico em que a(o) aluna(o) seja parte ativa do processo de ensino-aprendizagem, vivenciando problemas e situações, realizando atividades de pesquisa e extensão, de modo a se apropriar dos conhecimentos transmitidos e refletir criticamente sobre os pressupostos teóricos e práticos de sua formação.

Nesse sentido, é fundamental que todas as disciplinas ministradas tenham como orientações pedagógicas gerais os seguintes objetivos:

- O desenvolvimento intelectual do(a) discente, através do estímulo de sua capacidade de pensar criticamente;
- A formação de um(a) profissional que se torne capaz de selecionar e analisar criticamente as informações socioeconômicas e políticas existentes e de estabelecer diálogos com profissionais de diferentes ramos do conhecimento, com as comunidades e movimentos sociais;



- O estímulo à formação de grupos de estudos, grupos de pesquisas e grupos de extensão.

O acompanhamento do desempenho curricular será realizado através de tutoria, a fim de possibilitar ao(à) aluno(a) um melhor aproveitamento nos estudos, à identificação de suas dificuldades e deficiências e orientação no momento da escolha do seu itinerário formativo; e, participação em pesquisa e extensão mais adequadas a seus interesses e habilidades.

9.4 Interligação entre as Disciplinas do Curso

A perspectiva integrativa das disciplinas deverá ser posta em prática por meio de situações significativas para a experiência profissional, estabelecendo, a partir daí, as práticas didáticas que abordem a complexidade dessas situações, objetivando o desenvolvimento de uma perspectiva crítica e de um fazer e um pensar que estimulem e favorecem as ações coletivas dos(as) alunos(as) mediadas pelo professor.

9.5 Integração entre Teoria e Prática

Nos dois primeiros semestres do Curso, com o(a) aluno(a) inserido(a) nas disciplinas de formação geral, mas já com foco em políticas públicas, serão propostas “Oficinas Mensais de Políticas Públicas³”, devendo ser elaborado um calendário anual com uma proposição de temáticas a serem debatidas com os corpos discente e docente do Curso. Estas oficinas, apesar de terem por objetivo inserir os (as) estudantes dos semestres iniciais na temática das políticas públicas, serão abertas à participação para todos (as) os (as) estudantes do Curso.

O conhecimento, portanto, não flui da teoria em direção à prática, mas da prática-teoria-prática. Já no primeiro semestre do curso, propõe-se, que os conteúdos das disciplinas privilegiem experiências de prática significativa para os(as) alunos(as), dentro dos conteúdos curriculares estabelecidos, e que a partir daí desenvolvam-se as abordagens teórico – metodológicas necessárias aos processos de ensino-aprendizagem.

³ Estas oficinas terão como referência as Oficinas Mensais de Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).



A partir do terceiro semestre, quando adentrará de forma mais acentuada na formação específica em políticas públicas o(a) aluno(a) poderá experienciar aspectos de prática profissional do campo de atuação a partir de situações controladas, observando situações de trabalho do profissional. Isto deverá acontecer através de visitas programadas às instituições, que poderão ser programadas como atividades dentro das disciplinas.

9.6 Programas de Acompanhamento e Auxílio a Alunos(as) com Dificuldades de Aprendizagem

O curso de Gestão de Políticas Públicas contará com três programas básicos de acompanhamento para alunos(as) com dificuldade de aprendizagem, através da submissão anual de dois tipos de projetos, por parte dos professores, com incentivos da Pró-Reitoria de Graduação:

- a) Monitoria de Projetos de Graduação planejando e executando atividades que permitam uma melhor ambientação do(a) estudante neste período. Estes projetos são desenvolvidos em parceria entre professores e alunos(as), contribuindo para o processo de formação do(a) estudante e valorizando a contribuição dos graduandos;
- b) Programa de Iniciação à Docência, que são projetos de incentivo ao interesse do(a) estudante de graduação por atividades docentes. Nestes projetos, vinculados a disciplinas específicas do curso e orientados por um professor da área, alunos(as) mais experientes ministram atividades de monitoria e acompanhamento dos alunos(as) de uma determinada disciplina; e,
- c) Grupos de Estudo em áreas específicas do curso, coordenados por alunos(as) – monitores ou professores. Estes grupos serão registrados junto ao Centro Acadêmico e reconhecidos pela Coordenação do Curso, contando inclusive como Atividade Complementar no currículo dos(as) alunos(as) participantes.



10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso terá duração mínima de 4 anos, distribuídos em 8 semestres e, máxima de 6 anos, em 12 semestres. Terá carga horária de 3200 horas nos vários componentes curriculares assim distribuídas:

- 1920 horas correspondentes a 120 créditos em disciplinas obrigatórias, aí incluídos os créditos referentes ao Estágio Supervisionado (Residência Social) e ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- 1152 horas correspondentes a 72 créditos em disciplinas optativas (das quais o(a) aluno(a) deverá cumprir 40 créditos em disciplinas eletivas, escolhidas para compor o seu itinerário formativo; e 32 créditos em outras disciplinas dentre as optativas oferecidas pelo Curso e não constantes do seu itinerário formativo, escolhidas de maneira livre entre as três ênfases do Curso). **Todas as disciplinas do Curso, conforme especificado nas ementas, terão carga horária de 64h.**
- 128 horas correspondentes a 8 créditos em atividades complementares.

Nos quatro primeiros semestres, o conjunto de disciplinas obrigatórias do curso comporão a “Formação Comum Básica”, embora já direcionada para a temática das políticas públicas (1º. e 2º. semestres) e a “Formação Específica em Políticas Públicas” (3º. e 4º. semestres). No 5º. e 6º. semestres, haverá um conjunto disciplinas agrupados em três “Ênfases de Conhecimento Específicos em Políticas Públicas”, a saber: 1 Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento; 2 Políticas Sociais; 3 Avaliação de Políticas Públicas.

Nos quatro semestres iniciais do curso, todos os (as) alunos (as) cursarão o mesmo conjunto de disciplinas obrigatórias. Essas disciplinas têm o objetivo de oferecer aos graduandos uma sólida formação teórica e prática que lhes permita a compreensão dos elementos fundantes das áreas de Gestão de Políticas Públicas em suas principais dimensões.

A partir do quinto semestre o(a) aluno(a) poderá escolher um itinerário formativo, que é formado por um conjunto de disciplinas eletivas que compõem a organização da sua formação em uma área específica: 1 Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento; 2 Políticas Sociais; 3 Avaliação de Políticas Públicas. Cada aluno (a) deverá especializar-se em pelo menos duas áreas de conhecimento. Caso o(a) aluno(a) opte por não escolher um itinerário formativo específico, o mesmo poderá cursar disciplinas optativas de diferentes itinerários, tendo uma formação mais generalista.



No quinto e sexto semestres, o(a) aluno(a) deverá cursar as disciplinas das áreas de concentração definidas no seu itinerário formativo, a partir da escolha das disciplinas eletivas mais relacionadas com a área de interesse, ou optar por cursar disciplinas de todas as áreas de concentração.

Para auxiliar o(a) aluno(a) na definição de qual itinerário formativo ele seguirá, será formado um Grupo de Professores Tutores (GPT). Este grupo conterà representantes de cada um dos itinerários formativos existentes e realizará apresentações e reuniões para apresentar com detalhes as características de cada uma das suas respectivas especificidades. Critérios de abertura e manutenção, especificações, alterações e remoções de itinerários formativos serão discutidos e aprovados em reuniões do colegiado do curso.

A partir do 5º semestre será desenvolvido o Estágio (com estrutura modelar ao da Residência Social/Agrária em um locus específico de um setor Governo, Empresa ou Terceiro Setor) e Monografia, sendo que haverá integralização curricular com Disciplinas Opcionais (de outras unidades acadêmicas da UFC).

O sétimo semestre do Curso será composto de disciplinas opcionais, a serem escolhidas dentre as ofertadas pelo Curso e não contempladas no itinerário formativo; estas disciplinas poderão ser cursadas em conjunto com disciplinas de qualquer outro curso da UFC (ou IFES), desde que isto ocorra durante o período em que o (a) aluno (a) esteja matriculado no Curso e com o aval da Coordenação do Curso. Com isso, o(a) aluno(a) – junto com o seu Tutor – poderá construir o próprio perfil de seu curso, buscando a formação complementar desejada. Poderá, portanto, cursar disciplinas – se disponíveis – em cursos como os de Ciências Sociais, Geografia, História, Economia, Direito, Administração, Arquitetura e Urbanismo, entre outros.

A interdisciplinaridade, característica do Curso, deve promover na sua essência a apreensão de valores éticos e o respeito aos direitos humanos em todas as suas dimensões. As disciplinas e as todas as atividades do Curso, sejam elas na forma de aulas, palestras, debates e conferências presenciais ou virtuais, grupos de estudos, grupos de pesquisas, grupos de extensão e outros que congreguem docentes e discentes devem propiciar ao (a) aluno (a) uma visão plural e interdisciplinar da gestão de políticas públicas, conferindo-lhe autonomia intelectual e profissional para dar prosseguimento à sua formação, diante das novas demandas e das rápidas transformações sociais e tecnológicas que se apresentam.



10.1 Unidades Curriculares

As disciplinas foram agrupadas nas seguintes Unidades Curriculares: 1 Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado (Residência Social); 2 Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento; 3 Políticas Sociais; e, 4 Avaliação de Políticas Públicas.

10.2 Disciplinas por Semestre Letivo com Pré-requisitos

DISCIPLINAS ⁴	PRÉ-REQUISITO
1º SEMESTRE	
Sociologia aplicada às Políticas Públicas	-
Fundamentos de Economia	-
Estado, Governo e Políticas Públicas	-
Formação Econômica, Política e Social Brasileira	-
Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica	-
2º SEMESTRE	
Introdução às Políticas Públicas	Estado, Governo e Políticas Públicas
Antropologia e políticas públicas	-
Estatística aplicada às Políticas Públicas	-
Psicologia Social no Campo Público	-
Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa	Fund.do Trabalho e da Pesquisa Científica
3º SEMESTRE	
Direito Administrativo	-
Políticas Públicas no Brasil	Introdução às Políticas Públicas
Administração e Gestão Pública	-
Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I	Introdução à Políticas Públicas
Métodos Pesquisa e Análise Quantitativa	Fund. do Trabalho e da Pesquisa Científica e Estatística aplicada às Políticas Públicas
4º SEMESTRE	
Estado Brasileiro Contemporâneo	Estado, Governo e Políticas Públicas
Estado e Direitos Humanos no Brasil	Estado, Governo e Políticas Públicas

⁴ As disciplinas do 1º ao 4º semestre serão oferecidas com a carga horária apenas teórica; todas as disciplinas constantes das três ênfases [a partir do 5º semestre], terão 48 h de carga horária teórica e 16 h de carga horária prática, perfazendo o total das 64 horas totais de cada disciplina.



Políticas Sociais	Introdução às Políticas Públicas
Instrumentos de Planejamento e Gestão Pública	Administração e Gestão Pública
Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I
5º E 6º SEMESTRES	
Residência Social I	
Residência Social II	Residência Social I
Ênfase: Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento	
Participação e Sociedade Civil	-
Economia do Setor Público	Fundamentos de Economia
Políticas Urbanas	-
Políticas Públicas de Intervenção Territorial	-
Políticas Agrárias e Agroalimentares	-
Políticas Públicas e Meio Ambiente	-
Agroecologia no contexto das Políticas Públicas	-
Políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	-
Intersetorialidade nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional	-
Educação e Cultura Alimentar	-
Controle Social de Políticas Públicas	-
Agências Multilaterais e Planejamento de Políticas Públicas	-
Sociologia do Desenvolvimento Rural	Sociologia aplicada às Políticas Públicas
Sociologia do Desenvolvimento Urbano	Sociologia aplicada às Políticas Públicas
Ateliê de Políticas do Setor Público	-
Temas Contemporâneos em Planejamento e Gestão Públicas	-
Políticas de Educação e Direitos Humanos	-
Políticas Públicas de Saúde	-
Ênfase: Políticas Sociais	
Análise Social da Família e Políticas Públicas	
Políticas de Gênero	-
Políticas Públicas para a Infância	-
Políticas de Juventudes	-
Políticas Públicas para o Envelhecimento	-
Política de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	-
Políticas e Programas de Microfinanças e Microcrédito	-



Políticas de Inclusão Social	-
Economia do Terceiro Setor	Fundamentos de Economia
Economia Solidária e Políticas Públicas	-
Movimentos e Conflitos Sociais	-
Cidadania, Direitos e Desigualdades	
Elaboração e Gestão de Projetos Sociais	-
Sociologia do Desenvolvimento e de Projetos Sociais	Sociologia aplicada às Políticas Públicas
Ateliê de Políticas Sociais	-
Temas Contemporâneos em Políticas Sociais.	-
Ênfase: Avaliação de Políticas Públicas	
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I	
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas II	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I
Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas	
Indicadores de Políticas Públicas	-
Análise e Avaliação de Políticas Públicas Ambientais	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Urbanas	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas de Intervenção Territorial	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Agrárias e Agroalimentares	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Gênero	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Infância	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Juventudes	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Públicas para o Envelhecimento	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Ateliê de Avaliação de Políticas Públicas.	-
Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Pública.	
7º SEMESTRE	
Residência Social III	Residência Social II



Projeto de Monografia	Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica; Métodos de Pesquisa e Análise Quantitativa; e, Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa.
Libras	-
Disciplinas escolhidas dentre as optativas e não constituintes do itinerário formativo do (a) aluno (a)	-
8º SEMESTRE	
Residência Social IV	Residência Social III
Monografia	Projeto de Monografia

10.3 Disciplinas por Unidades Curriculares

10.3.1 Unidade Curricular: Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado (Residência Social)

Nº	DISCIPLINA
1	Fundamentos de Economia
2	Sociologia aplicada às Políticas Públicas
3	Antropologia e Políticas Públicas
4	Psicologia Social no Campo Público
5	Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica
6	Métodos de Pesquisa e Análise Quantitativa
7	Estatística aplicada às Políticas Públicas
8	Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa.
9	Ateliê de Políticas do Setor Público
10	Ateliê de Políticas Sociais
11	Ateliê de Avaliação de Políticas Públicas
12	Elaboração e Gestão de Projetos Sociais
13	Residência Social I
14	Residência Social II
15	Residência Social III
16	Residência Social IV
17	Projeto de Monografia
18	Monografia



10.3.2 Unidade Curricular Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento

Nº	DISCIPLINA
1	Estado, Governo e Políticas Públicas
2	Estado Brasileiro Contemporâneo
3	Estado e Direitos Humanos no Brasil
4	Administração e Gestão Pública
5	Instrumentos de Planejamento e Gestão Pública
6	Políticas Públicas no Brasil
7	Introdução às Políticas Públicas
8	Formação Econômica, Política e Social Brasileira
9	Economia do Setor Público
10	Políticas Urbanas
11	Políticas Públicas de Intervenção Territorial
12	Políticas Agrárias e Agroalimentares
13	Políticas Públicas e Meio Ambiente
14	Políticas Públicas de Saúde
15	Agroecologia no contexto das Políticas Públicas
16	Políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
17	Intersectorialidade nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional
18	Educação e Cultura Alimentar
19	Controle Social de Políticas Públicas
20	Agências Multilaterais e Planejamento de Políticas Públicas
21	Sociologia do Desenvolvimento Rural
22	Sociologia do Desenvolvimento Urbano
23	Temas Contemporâneos em Planejamento e Gestão Públicas

10.3.3 Unidade Curricular Políticas Sociais

Nº	DISCIPLINA
1	Participação e Sociedade Civil
2	Cidadania, Direitos e Desigualdades
3	Políticas Sociais
4	Políticas de Educação e Direitos Humanos
5	Análise Social da Família e Políticas Públicas
6	Políticas de Gênero
7	Políticas Públicas para a Infância
8	Políticas de Juventudes



9	Políticas Públicas para o Envelhecimento
10	Política de Trabalho, Emprego e Geração de Renda
11	Políticas e Programas de Microfinanças e Microcrédito
12	Políticas de Inclusão Social
13	Economia do Terceiro Setor
14	Economia Solidária e Políticas Públicas
15	Movimentos e Conflitos Sociais
16	Sociologia do Desenvolvimento e de Projetos Sociais
17	Temas Contemporâneos em Políticas Sociais

10.3.4 Unidade Curricular Avaliação de Políticas Públicas

Nº	DISCIPLINA
1	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I
2	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
3	Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas
4	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I
5	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas II
6	Indicadores de Políticas Públicas
7	Análise e Avaliação de Políticas Públicas Ambientais
8	Análise e Avaliação de Políticas Urbanas
9	Análise e Avaliação de Políticas de Intervenção Territorial
10	Análise e Avaliação de Políticas Agrárias e Agroalimentares
11	Análise e Avaliação de Políticas de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional
12	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda
13	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Gênero
14	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Infância
15	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Juventudes
16	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para o Envelhecimento
17	Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Públicas

10.4 Disciplinas por Unidades Curriculares/Outros Departamentos

Unidades Curriculares/Outros Departamentos	Nº	%
Unidade Curricular: Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado (Residência Social)	18	23,4
Unidade Curricular Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento	23	29,9



Unidade Curricular Políticas Sociais	17	22,1
Unidade Curricular: Avaliação de Políticas Públicas	17	22,1
Outros departamentos	2	2,6
TOTAL	77	100,0

10.5 Carga horária por Componentes Curriculares

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
Disciplinas Obrigatórias	1280h
Disciplinas Optativas (assim distribuídas: - 640h em eletivas, de acordo com a ênfase escolhida; - 512h, dentre as optativas do curso, não contempladas pela ênfase escolhida, com a possibilidade de 128h em optativas-livres.)	1152h
Estágios Supervisionados	512h
Trabalho de Conclusão de Curso	128h
Atividades Complementares	128h
TOTAL	3.200h



10.6 Ementário das Disciplinas

10.6.1 Disciplinas Obrigatórias:

a) Primeiro Semestre

SOCIOLOGIA APLICADA A POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A Sociologia Política de Durkheim. Política e Estado em Weber. Elementos teóricos para a compreensão do campo político em Pierre Bourdieu.</p> <p>Bibliografia: Básica: BOURDIEU, P. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papyrus, 2003. DREIFUSS, R. A. Política, poder, Estado e força. Uma leitura de Weber. Petrópolis: Vozes, 1993. WACQUANT, L. O mistério do ministério. Pierre Bourdieu e a política democrática. Complementar: ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes/Editora UNB, 1982. BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora BERTRAND, 1989. FERNANDES, F. Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 2. ed., 1976. GIDDENS, A. TURNNER, J. Teoria social hoje. São Paulo: UNESP, 1999. GIDDENS, A. Política, Sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.</p>	

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Conceituação básica. Evolução do pensamento econômico. Oferta e Demanda. Funcionamento do Mercado e Bem-Estar. Efeitos de Políticas Governamentais. A Economia do Setor Público: externalidades, bens públicos e recursos comuns, políticas públicas.</p> <p>Bibliografia Básica GREMAUD, A.et.al. Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 2007 ROSSETTI, J.P. Introdução à economia. 19. Ed. São Paulo: Atlas, 2002 KRUGMAN, P; WELLS, R. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Campus, 2007. Complementar MANTEGA, G.; REGO, J. M. (Eds.). Conversas com economistas. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1997. KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. In: Coleção os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 GUIMARÃES, B; GONÇALVES, C.E. Economia sem truques. Rio de Janeiro: Campus, 2008. SMITH, A. A Riqueza das Nações. In: Coleção os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 STIGLITZ J.E.; WALSH, C.E. Introdução à microeconomia (tradução da 3. ed. americana) Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2003.</p>	



ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
Ementa: Evolução histórica da ideia de Estado, poder e democracia. O Estado na concepção liberal, desenvolvimentista e socialista. Estado e governo. Políticas Públicas.	
Bibliografia	
Básica	
CARNOY, M. Estado e teoria política . Campinas: Papirus, 1986.	
BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.	
SANTOS, B. de S. Pela mão de Alice : o político e o social na pós-modernidade. 4.ed., São Paulo: Cortez, 1997.	
Complementar	
DALLARI, D. de A. Elementos de teoria geral do Estado . 9. ed. São Paulo, Saraiva, 1991.	
HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes , ano XXI, n. 55, nov./2001	
OFFE, C. Problemas estruturais do estado capitalista . Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.	
PRZEWWORSKI, A. Estado e economia no capitalismo . Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.	
SARAVIA, E. et al. Políticas públicas : coletânea. Brasília: ENAP, 2006.	

FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA	Carga horária: 64 horas
Ementa: A formação histórica do Brasil a partir das concepções de grandes ideólogos do Estado Nacional (Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sergio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes). O patrimonialismo. O ajuste estrutural e o novo papel do Estado no Brasil. A questão regional. Tendências mais recentes de reformulação do Estado brasileiro.	
Bibliografia	
Básica	
FREYRE, G. Casa grande e senzala . Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.	
HOLANDA, S.B. Raízes do Brasil . Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.	
PRADO, C.P. A formação do Brasil contemporâneo . São Paulo: Brasiliense, 1971.	
Complementar	
ARAÚJO, T. B. As políticas públicas no Brasil. In: Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro : heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.	
CHAUI, M. Brasil : mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.	
DA MATTA, R. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: Carnavais, malandros e heróis : para uma sociologia do dilema brasileiro. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.	
FERNANDES, F. Revolução burguesa no Brasil : ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2. ed., 1976.	
PRADO, C. P. A formação do Brasil contemporâneo . São Paulo: Brasiliense, 1971.	



FUNDAMENTOS DO TRABALHO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: O trabalho científico e seus elementos. Normas técnicas e aspectos gráficos do trabalho científico. Modalidades de trabalhos acadêmicos Princípios epistemológicos e bases metodológicas na prática da pesquisa social. A pesquisa e produção do conhecimento científico. Projetos de Pesquisa, construção do objeto, relação teoria/empíria.</p> <p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>BELL, J. Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores em educação, saúde e ciências sociais. 4 ed.. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>MARCONI, Marina de; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005</p> <p>MINAYO, M. C. de S. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p>Complementar</p> <p>ABNT. NBR 6023, NBR 10520, NBR 14724: Rio de Janeiro: ABNT [2002, 2005]</p> <p>DENZIN, N.K., YVONNA, S.L., et al. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>GONDIM, L.M.P. Pesquisa em ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: Edições UFC, 1999.</p> <p>KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1974.</p> <p>YIN, R.K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p>	



b) Segundo Semestre

INTRODUÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: O que é política pública. Ciclo de políticas públicas. Elementos do processo de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Teorias das políticas públicas. Atores e interesses políticos, sociais e econômicos envolvidos nas políticas públicas. A política pública como campo multidisciplinar.</p> <p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>CAPELLA, A. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas. In HOCHMANN, G. (Org.) Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.</p> <p>DE FARIA, C. A multidisciplinariedade no estudo das políticas públicas. In: MARQUES, E.; FARIA, C. (Orgs.). A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp, 2013.</p> <p>OLIVEIRA, V. As fases do processo de políticas públicas. In: MARCHETTI, V. Políticas públicas em debate. São Bernardo do Campo: MP Editora, 2013.</p> <p>Complementar</p> <p>ABRÚCIO, F. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Rev. Adm. Pública. n. 41, 2007 [número especial]</p> <p>LINDBLOM, C.E. Still Munddling: a ciência da decisão incremental. In: HEIDEMANN, F. G; SALM, J.F. (Org.) Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora UNB, 2010.</p> <p>SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas públicas [Coletânea Volume 1]. Brasília: ENAP, 2007</p> <p>_____. Políticas públicas [Coletânea Volume 2]. Brasília: ENAP, 2007</p> <p>SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez, 2006, p. 20-45.</p>	

ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A Antropologia e o conhecimento do Outro. O conceito antropológico de cultura. Conceitos de Antropologia Política. O poder nas sociedades tradicionais e complexas. Etnografias do poder e das políticas públicas.</p> <p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>LA PLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.</p> <p>LARAIA, R. de B. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.</p> <p>KUSHNIR, K. Antropologia da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.</p> <p>Complementar</p> <p>CLASTRES, P. A sociedade contra o estado. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.</p> <p>DA MATTA, R. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987 (p. 143-173).</p> <p>GENTILI, A.M. Antropologia política In: BOBBIO, Norberto; ATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, G. Dicionário de política. Brasília: Edunb, 1992. p.45-49.</p> <p>OLIVEIRA FILHO, J.P. de. Antropologia política In: SILVA, B. (Coord.). Dicionário de ciências sociais. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p.64-67.</p> <p>PEIRANO, M. Antropologia política, ciência política e antropologia das políticas. In: PEIRANO, M.. Três ensaios breves. Série Antropologia da Unb, n. 231, Brasília, 1998, p. 17-29.</p>	



ESTATÍSTICA APLICADA ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Estatística Descritiva. Cálculo de Probabilidades e Variáveis Aleatórias. Distribuições de Probabilidades: Binomial, Poisson, Uniforme, Exponencial e Normal. Amostragem e Distribuições Amostras: (“t”, Qui-Quadrado e F). Inferência Estatística: Estimação e Testes de Hipóteses. Análise de Variância. Análise de Regressão e Correlação.</p> <p>Bibliografia Básica FARBER, B.; LARSON, R. Estatística aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009; MAGALHÃES, M. N; PEDROSO DE LIMA A. C. Noções de probabilidade e estatística. São Paulo: Edusp, 2002. MORETTIN, L. G. Estatística básica: probabilidade e inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010</p> <p>Complementar BUSSAB, W. de O., MORETTIN, P. A. Estatística básica. São Paulo: Saraiva, 2002. COSTA NETO, P. L. de O. Estatística. São Paulo: Edgard Blücher, 2003 LARSON R.; FARBER, B. Estatística aplicada São Paulo: Pearson, Prentice Hall, 2004. · SPIEGEL, M. R. Probabilidade e estatística. São Paulo: McGraw-Hill, 1977 TRIOLA, M.F. Estatística aplicada às Políticas Públicas. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.</p>	

PSICOLOGIA SOCIAL NO CAMPO PÚBLICO	Carga horária:64 horas
<p>Ementa: Noções teóricas da Psicologia Sócio histórica, aplicada à dimensão subjetiva dos fenômenos sociais presentes no campo de intervenção em políticas públicas. Leitura da Psicologia sócio histórica, pela ótica dos Direitos Humanos. Aspectos estruturais e operacionais das políticas públicas, em diversas áreas (saúde, educação e assistência social).</p> <p>Bibliografia Básica BOCK, A. M . (Org.) Psicologia e compromisso social. São Paulo: Cortez Editora, 2003. CAMPOS. A. et al (Orgs.) Atlas da exclusão social no Brasil: Dinâmica e Manifestação Territorial. [Volume 2]. São Paulo: Cortez, 2003. YAMAMOTO, O.. Políticas sociais, terceiro setor e compromisso social: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. Psicologia & Sociedade; 19 (1): 30-37; jan/abr. 2007</p> <p>Complementar CARVALHO, J M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 COIMBRA, C.; FILHO, M. M.; MONTEIRO, A. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? Revista Psicologia & Sociedade, 18 (2): maio/agosto de 2006. FIGUEIREDO, L. C. A invenção do psicológico-quatro séculos de subjetivação (1500-1900). São Paulo: Educ/Escuta, 1999. MARTIN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. Boletim de Psicologia UCA, 3(17). 99- 112, 1985. MEDICI. A. C. A dinâmica das políticas sociais. Revista Fórum DCA. 1. 24-27, 1993.</p>	



MÉTODOS PESQUISA E ANÁLISE QUALITATIVA	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Instrumental teórico e prático para o exercício da pesquisa qualitativa. Pesquisa de campo. Técnicas de pesquisa (observação participante, entrevistas, histórias de vida, estudo de caso e análise situacional). Diferentes perspectivas de interpretação e relações entre sujeito e objeto da investigação.</p> <p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In. FELDMAN-Bianco, Bela. A antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo: Global, 1987. p.227-344.</p> <p>BECKER, H. De que lado estamos? Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.</p> <p>CALDEIRA, T. P. do R. Uma Incursão pelo Lado “Não Respeitável” da Pesquisa de Campo, Ciências Sociais Hoje, Vol. 1, CNPq/ANPOCS: Brasília/Recife, 1981.</p> <p>Complementar</p> <p>BAUER, M.; GASKEL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>GEERTZ, Clifford A interpretação das culturas. Cap.I: Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. RJ: Zahar, 1978. [Reedição: Rio de Janeiro, LTC Editora, 1989].</p> <p>QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.</p> <p>VICTÓRIA, C. G et al. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.</p> <p>YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.</p>	



c) Terceiro Semestre

DIREITO ADMINISTRATIVO	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Noções Gerais de Direito Administrativo. Princípios Básicos da Administração Pública. Os atos administrativos e as pessoas jurídicas administrativas. Direito Administrativo e os poderes administrativos. Os atos administrativos e as pessoas jurídicas administrativas. A responsabilidade civil do Estado.</p>	
<p>Bibliografia</p>	
<p>Básica</p>	
<p>BASTOS, C. R. Curso de direito administrativo. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.</p>	
<p>GASPARINI, D. Direito administrativo. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>	
<p>MEIRELLES, H. L Direito administrativo brasileiro. 25.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.</p>	
<p>Complementar</p>	
<p>ARAÚJO, E. N. de. Curso de direito administrativo. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.</p>	
<p>MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. Editora Malheiros. São Paulo, 1998.</p>	
<p>MEDAUAR, O. Direito administrativo moderno. 13. ed. São Paulo: RT, 2009.</p>	
<p>MELLO, C. A.B. de. Curso de direito administrativo. 12.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.</p>	
<p>PIETRO, M. S. Z. de. Direito aAdministrativo.12. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p>	

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Estado e políticas públicas: diferentes momentos históricos. Políticas Públicas: centralização e clientelismo. Descentralização no processo de redemocratização. Políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo: novas configurações. Descentralização e democracia. Participação, atores sociais e controle social. Gestão local, cidadania e equidade social.</p>	
<p>Bibliografia</p>	
<p>Básica</p>	
<p>BERCOVICI, G. Vinte anos da Constituição Federal: avanços e desafios para as políticas públicas e o desenvolvimento nacional. In: CARDOSO JR, J. C; SIQUEIRA, C. H. R. de (Orgs.). Diálogos para o desenvolvimento. Brasília: IPEA, 2009</p>	
<p>DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E.(Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.</p>	
<p>GUIMARÃES, J. (Org.). As políticas sociais. In: As novas bases da cidadania: políticas sociais, trabalho e previdência social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 9-41.</p>	
<p>Complementar</p>	
<p>FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Análises de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: DE LIMA, Eli Napoleão; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.) Mundo rural: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X/ Eduar, 2007.</p>	
<p>GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: Revista Saúde e Sociedade, v.13, n.2, São Paulo, mai./aug, 2004.</p>	
<p>INOJOSA R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. Cadernos FUNDAP, São Paulo, 2001, n. 22, p. 102-110</p>	
<p>SALES, I. da C. Os conselhos e a gestão democrática: armadilhas e possibilidades. In: PONTUAL, P. et.al. (Orgs.). Participação social: desafios para a democracia contemporânea. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005, p. 40-52.</p>	
<p>TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p>	



ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Evolução e características da administração pública no Brasil. Principais modelos de administração. Tendências internacionais de mudança da gestão pública. Cenário de mudanças mundiais: globalização; desenvolvimento tecnológico, desigualdades e seu impacto sobre o Estado e a sociedade. O sistema político brasileiro e suas consequências sobre o Estado e a gestão pública.</p>	
<p>Bibliografia</p>	
<p>Básica</p>	
<p>ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. Revista de Administração Pública, v. 41, n° especial, 2007, p. 67-86</p>	
<p>BORGES, A. Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa: contradições da resposta conservadora a crise de caráter do Estado. Dados - Revista de Ciências Social, v. 43, n.1.p 119-151.</p>	
<p>DINIZ, E.; AZEVEDO, S. Reforma do estado e democracia no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília – ENAP, 1997</p>	
<p>Complementar</p>	
<p>ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública. Cadernos ENAP n.10, 1996.</p>	
<p>BRESSER-PEREIRA, LC; SPINK, P: A reforma de Estado e a administração pública gerencial. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.</p>	
<p>FOUCHER, D. Guia de gerenciamento do setor público. Brasília: ENAP, 2001.</p>	
<p>MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1998.</p>	
<p>WILSON, W. O Estudo da administração. Revista do Serviço Público. n. 56 v.3, jul./set. 2005, p 349-366</p>	

FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS I	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Processo de Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas com ênfase na Formulação. O papel do Estado na formulação de políticas públicas. Estudo da organização, atividade e papel de grupos de interesse. A dinâmica da formulação de políticas públicas. Atores, demandas e necessidades. Avaliação de políticas e programas sociais.</p>	
<p>Bibliografia</p>	
<p>Básica</p>	
<p>CAPELLA, A. C. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETICHE, M.; MARQUES, E.(Org.) Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007</p>	
<p>GRAZIANO, L. O lobby e o interesse público. In: RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, n. 25, 1997.</p>	
<p>SILVA e SILVA, M. O. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.</p>	
<p>Complementar</p>	
<p>BAKER, J. Avaliando o impacto de projetos de desenvolvimento voltados à pobreza. In: BARREIRA, M.C.R.N. e CARVALHO. M.C.B.(Orgs.) Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.</p>	
<p>BONDUKI, N. G. Uma Metodologia de Avaliação de Programas Habitacionais. In: BRANT, M.C. (Org.). Avaliação de Políticas Sociais. Avaliação de Políticas Sociais. São Paulo: Cortez, 2001,</p>	
<p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família: sumário executivo. Brasília: MDS; Cedeplar, 2007.</p>	
<p>CAVALCANTI, P. A. Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas publicas : uma contribuição para a area educacional. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. Unicamp. 2007.</p>	
<p>CAMPOS, R. O.; FURTADO, J. P. Desafios da avaliação de programas e serviços de saúde: novas tendências e questões emergentes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.</p>	



MÉTODOS DE PESQUISA E ANÁLISE QUANTITATIVA	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Ferramentas quantitativas para análise de políticas públicas: montagem de bancos de dados, tipos de variáveis, medidas-resumo, representações por tabelas e gráficos, medidas de associação, população e amostra, estimação e teste de hipótese, conceitos de modelagem, análise de regressão. Os conceitos no contexto de aplicações: estimação de impactos de políticas, usando modelos de regressão e métodos práticos de previsão.</p> <p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às ciências sociais. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.</p> <p>ROSENBERG, M. A lógica do levantamento de dados. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, 1976.</p> <p>TRIOLA, M. F. Estatística aplicada às Políticas Públicas. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.</p> <p>Complementar</p> <p>BABBIE, E. Métodos de pesquisa de survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.</p> <p>BUSSAB, W. e MORETTIN, P. (1987). Estatística Básica. 4. Edição. São Paulo: Atual, 1987.</p> <p>CONTANDRIOPOULOS A.P; et.al. Saber preparar uma pesquisa. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1994.</p> <p>FAHEL, M.; NEVES, J. A. B. (Org.). Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.</p> <p>HAIR, J. F. et. al. Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Ed Bookman, 2009.</p>	



d) Quarto Semestre

ESTADO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Origens e Fundamentos Conceituais: Sociedade, Estado, Nação e Poder. Evolução das Teorias do Estado e Tipos de Estado. Estado Contemporâneo. Estado Desenvolvimentista (Keynesiano). Neoliberalismo. Transformações do Estado na América Latina e Brasil. Consenso de Washington. Globalização, Estados-Nações, Sociedade Pós-industrial e Crise.</p>	
<p>Bibliografia</p>	
<p>Básica</p>	
<p>FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p>	
<p>GIAMBIAGI, F. VILLELA, A. (Org.). Economia brasileira contemporânea (1945-2004). Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 425 p. (Prêmio Jabuti 2005).</p>	
<p>PEREIRA, L.C.B. Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo: Editora 34, 1996.</p>	
<p>Complementar</p>	
<p>BAER, W. A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988.</p>	
<p>BAUMANN, R. (Org.). O Brasil e a economia mundial. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996.</p>	
<p>GOLDENSTEIN, L. Repensando a dependência. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.</p>	
<p>SOUZA, N. A. de. Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula. 2.ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.</p>	
<p>TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. (Des)Ajuste global e modernização conservadora. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1993.</p>	

ESTADO E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A construção do sujeito de Direitos. Estado, democracia e Direitos Humanos: os princípios de igualdade e justiça social. Diversidades socioculturais: negros e afrodescendentes, indígenas, questão de gênero, orientação sexual, Diferenças Geracionais, Pessoas com Deficiências e Diversidade Religiosa. Preconceito, discriminação e intolerância.</p>	
<p>Bibliografia</p>	
<p>Básica</p>	
<p>BONACCHI, G. e GROPPI, A. (Orgs.). O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.</p>	
<p>BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.</p>	
<p>ESPADA, J. C. Direitos sociais de cidadania. Lisboa-PT: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.</p>	
<p>Complementar</p>	
<p>ALVES, J. A. L. Os direitos humanos na pós-modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2005.</p>	
<p>BOBBIO, N. A era dos direitos. São Paulo: Editora Campus, 2004</p>	
<p>DELEUZE, G. O Abecedário de Gilles Deleuze, Transcrição integral do Vídeo, para fins exclusivamente didáticos. Acesso ao site dia 11/04/2014. http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf</p>	
<p>MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999, p.140.</p>	
<p>SANTOS, B. de S. Uma concepção multicultural de direitos humanos. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 39, São Paulo, 1997.</p>	



POLÍTICAS SOCIAIS	Carga horária: 64 horas
Ementa: Surgimento e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Principais políticas sociais brasileiras – habitação, saúde, saneamento básico e outras. Política de assistência social.	
Bibliografia Básica ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan/FAPESPE, 2000. 302 p. BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de. Desafios para a política social brasileira. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão n 985.). DRAIBE, S. O sistema de proteção social: O legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. Cadernos Pesquisa , n. 33, NEPPP/UNICAMP, Campinas,1998. Complementar CARVALHO, J. M. A cidadania no Brasil: o longo caminho. São Paulo: Editora Record, 2001. 236 p. HENRIQUES, R. (org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. PINHEIRO, V. C. Modelo de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. Revista Planejamento e Política Pública , Brasília-IPEA, n. 12, p. 63-88, jan./dez. 1995. PEREIRA, P.A. P. Política social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008. SANTOS, W. G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1979.	

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	Carga horária: 64 horas
Ementa: O Planejamento Governamental no Brasil: do Plano de Metas ao PPA. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). Orçamento como instrumento de planejamento e controle. Monitoramento e avaliação como instrumentos de planejamento e gestão. Indicadores sociais como instrumentos de planejamento e gestão.	
Bibliografia Básica ARAGÃO, C.V. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. Revista do Serviço Público , 48(3), 1997, p. 104-132. JANNUZZI, P. de M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3 ed. Campinas: Editora Alínea, 2004. MORGADO, J. Vaz e DEBUS, I. Orçamento público. Brasília: Vestcon, 2002. Complementar CORREIA, Maria Valéria da Costa. A relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano 25, n. 77, mar. 2004. p. 148-175. GRIN, E. J. Gestão pública com qualidade e excelência: teoria e método. São Paulo, Jul. 2008. LEVY, E.; DRAGO, P. Gestão pública no Brasil contemporâneo. São Paulo: Edições FUNDAP, 2005 OLIVEIRA, J.A.P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. RAP , n.40, v.1, 2006, p. 273-88. PARDINI, D. J; AMARAL, H F A função orçamentária e o ascendente paradigma de final de milênio: o decrementalismo, Revista do Serviço Público , ano 50, n 2, ENAP, Brasília, 1999.	



FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS II	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Processo de formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas com ênfase na implementação. Instrumental analítico para a compreensão de processos de implementação de políticas públicas. Ferramentas para o controle da implementação de políticas. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.</p> <p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>ARRETCHE, M. T. da S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N. e CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC, 2001.</p> <p>SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. 2000. O processo de implementação de políticas públicas no brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Caderno NEPP/UNICAMP, Campinas, n. 48, p. 1-16.</p> <p>STEIN, R. H., Implementação de políticas sociais e descentralização político-administrativa. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, 3. Brasília: UnB, CEAD, 2000.</p> <p>Complementar</p> <p>AVAL. Revista de Avaliação de Políticas Públicas. UFC, número 1, 2008.</p> <p>ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. Revista do Serviço Público, ano 51, n.4, out./dez 2000.</p> <p>COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.</p> <p>D'ASCENZI, L.; LIMA, L. L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013</p> <p>LEJANO, R. P. Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto. Campinas: Editora Arte Escrita, 2011</p> <p>SILVA, M. O. (Org.). Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora: São Luis: GAEPP, p. 89-177.</p>	



e) Quinto e Sexto Semestres

RESIDÊNCIA SOCIAL I	Carga horária: 160 horas
<p>Ementa: O (a) aluno (a) insere-se em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas de forma a identificar uma situação que, nos moldes de caso-pesquisa, sob a orientação de um professor do curso, para a qual deve, posteriormente, desenvolver uma proposta de intervenção.</p>	
<p>Bibliografia</p>	
<p>Básica</p>	
<p>BIANCHI, A.C. de M; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005</p>	
<p>BURIOLLA, M. A. F. Estágio supervisionado. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001</p>	
<p>SCHOMMER, P. C; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA, Salvador, v.1, n.1, p. 203-226 jun./nov. 2010</p>	
<p>Complementar</p>	
<p>ARAUJO, L. (Orgs.) Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Atlas, 2001.</p>	
<p>LIMA, M. C.; OLIVO, S. Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Thomson Learning, 2006.</p>	
<p>LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e preposições. 10. ed. São Paulo. Cortez, 2000.</p>	
<p>PACCHIONI, M. M. Estágio e supervisão: uma reflexão sobre a aprendizagem significativa. São Paulo: Stiliano, 2000.</p>	
<p>SCHOMMER, P.C. Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade. Tese de Doutorado. 314p. FGV/EAESP, 2005.</p>	

RESIDÊNCIA SOCIAL II	Carga horária: 160 horas
<p>Ementa: O(a) aluno(a) inserido(a) em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas, a partir da identificação de uma situação, sob a orientação de um professor do curso, deve desenvolver uma proposição de intervenção nos moldes de caso-pesquisa.</p>	
<p>Bibliografia</p>	
<p>Básica</p>	
<p>KISIL, M. Organização social e desenvolvimento sustentável: projetos de base comunitária. In: IOSCHPE, E.B.(Org.) GIFE - 3º Setor Desenvolvimento Social Sustentado. [S.l]: Paz e Terra, 1997</p>	
<p>SCHOMMER, P.C. Investimento social das empresas: cooperação organizacional num espaço compartilhado. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000</p>	
<p>SCHOMMER, P. C; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA, Salvador, v.1, n.1, p. 203-226 jun./nov. 2010</p>	
<p>Complementar</p>	
<p>ASSMANN, H.; SUNG, J.M. Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.</p>	
<p>BRANDÃO, H. P.; GUIMARÃES, T. de A. Gestão de competências e gestão do desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo constructo? Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 41, n.1, p.8- 15, 2001</p>	
<p>CARRIJO, I. L. M.; MORAES FILHO, W. B. Extensão universitária: abrindo e trilhando caminhos. In: CALDERÓN, A. I. e SAMPAIO, H. (Orgs.) Extensão universitária: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo: Olho d'água, 2002. p.104-123</p>	
<p>HABERMAS, J. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.</p>	
<p>SANTOS, B.S. (Org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.</p>	



f) 7º Semestre

PROJETO DE MONOGRAFIA	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Planejamento de um projeto de pesquisa em Políticas Públicas.</p> <p>Bibliografia Básica DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004 GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas 2002 MARCONI, M. de; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999 Complementar ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: princípios gerais para elaboração de projetos de pesquisa. Rio de Janeiro, 2011 BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1998 GESSLER, L. A. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004 (Cap.11). MACIEIRA, S. Como elaborar projeto, monografia e artigo científico. 5.ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2007 (Cap. 3) SELLTIZ, C. et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. 2. ed. brasileira. São Paulo: EPU, 1987.</p>	

RESIDÊNCIA SOCIAL III	Carga horária: 160 horas
<p>Ementa: O (a) aluno (a) inserido em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas, depois de identificar uma situação e elaborar uma proposta de intervenção, aplica, com orientação técnica da instituição e de um(a) professor(a) a referida proposta.</p> <p>Bibliografia Básica MANFREDI, S.M. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. Educação e Sociedade. Campinas, v.19, n 64, p.13-49, 1998 SCHOMMER, P. C; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA, Salvador, v.1, n.1, p. 203-226 jun./nov. 2010 SCHOMMER, P.C. Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade. FGV/EAESP, 2005. 314p. (Tese de doutorado). Complementar EASTERBY-SMITH, M.; ARAUJO, L. Aprendizagem organizacional: oportunidades e debates atuais. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. (Orgs.) Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Atlas, 2001.p.15-38. FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma Agenda. In: FISCHER, Tânia (org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. GOHN, M. da G. Movimentos sociais e ONGs no Brasil na era da globalização. In: GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. SANTOS, B.S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da nossa época; v. 120) THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p>	



g) Oitavo semestre

RESIDÊNCIA SOCIAL IV	Carga horária: 160 horas
<p>Ementa: O (a) aluno (a) inserido em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas, depois de identificar uma situação e elaborar uma proposta de intervenção e aplicar, com orientação técnica da instituição e de um(a) professor(a) a referida proposta, fará uma avaliação da execução da proposta.</p>	
<p>Bibliografia</p>	
<p>Básica</p>	
<p>SCHOMMER, P.C. Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade. FGV/EAESP, 2005. 314p. (Tese de doutorado).</p>	
<p>SILVA, M. O. da S. e (Org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001</p>	
<p>YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005</p>	
<p>Complementar</p>	
<p>AGUILAR, M. J. e ANDER-EGG, E. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1995</p>	
<p>CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.) Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC, 2001</p>	
<p>FARIA, C. A.P. A política de avaliação das políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.20, n. 59, 2005</p>	
<p>REY, B. As competências transversais em questão. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>	
<p>SILVA, M. O. da S. e (Org.). Avaliação das políticas sociais: concepções e modelos analíticos. Serviço Social & Sociedade, 53. Mar. 1997, p. 74-79.</p>	

MONOGRAFIA	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Desenvolvimento de um projeto de pesquisa em Políticas Públicas.</p>	
<p>Bibliografia</p>	
<p>Básica</p>	
<p>GESSLER, L. A. Introdução à pesquisa: projetos e relatórios. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004.</p>	
<p>GOLDEMBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.</p>	
<p>MACIEIRA, S. Como elaborar projeto, monografia e artigo científico. 5.ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2007</p>	
<p>Complementar</p>	
<p>DEMO, P. Pesquisa e construção do conhecimento. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996</p>	
<p>GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p>	
<p>MARCONI, Marina de; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p>	
<p>MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p>	
<p>SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23.ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007</p>	



10.6.2 Disciplinas Eletivas/Opcionais a serem oferecidas a partir do quinto semestre

10.6.2.1 Ênfase: Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: O Setor Público em Economias de Mercado. Falhas de Mercado: externalidade e bens públicos. Escolha pública. Teoria da Despesa Pública. Orçamento e Gastos Públicos. Teoria da Tributação. Federalismo fiscal. O Setor Público no Brasil.</p> <p>Bibliografia Básica FILELLINI, A economia do setor público. São Paulo: Atlas, 1994. GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. LONGO, C.A & R.L. TROSTER. Economia do setor público. São Paulo: Atlas, 1993 Complementar BIDERMAN, C.; ARVATE, P. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. CONTI, J. M. Federalismo fiscal. São Paulo: Manole. 2004. REZENDE, F. et. al. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. GIACOMONI, J. Orçamento Público. 13. ed. São Paulo: Atlas. 2005. RIANI, F. Economia do setor público. Uma abordagem introdutória. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.</p>	

PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A participação na teoria e na prática das democracias contemporâneas. Panorama Geral das diferentes concepções contemporâneas de democracia. As relações entre participação e representação; clientelismo e participação; desigualdade, exclusão social e participação política no Brasil. Participação nos espaços públicos, nos orçamentos participativos e nos Conselhos Gestores de políticas públicas no Brasil.</p> <p>Bibliografia Básica AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Org.). A inovação democrática no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002. BENEVIDES, M. V. M. A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3.ed. São Paulo: Ática, 1998. PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Complementar BOBBIO, N. O futuro da democracia. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006 DAGNINO, E. M. (Org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007. PONTUAL, P. et al (Orgs.). Participação social: desafios para a democracia contemporânea. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005 WEFFORT, F. (Org.). Os clássicos da política (v. 1 e 2). São Paulo: Ática, 2006.</p>	



POLÍTICAS URBANAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Contextualização do processo de urbanização brasileira. Planejamento urbano como campo disciplinar. O planejamento urbano no Brasil. O Estado e a produção do espaço urbano no Brasil. Práticas recentes de planejamento urbano e no Brasil. Articulação das políticas urbana, habitacional, ambiental, saneamento e de mobilidade.</p> <p>Bibliografia Básica COSTA, G.M. e MENDONÇA J. G. (Org). Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. GOMIDE, A. de Á. Agenda governamental e o processo de políticas públicas: o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. Texto para Discussão 1334. IPEA: Brasília, abr. 2008. LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.</p> <p>Complementar ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In. BARREIRA, M. C. R. N., CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.) Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC, 2001. MARICATO, E. Habitação e cidade. São Paulo: Ed. Atual, 1997. OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. Espaços e Debates (6), Jul/set 1982. ROLNIK, R. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997. VILLAÇA, F. Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Déak, C. e Schiffer, S. R. (Orgs.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.</p>	

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A abordagem territorial em políticas públicas. Territórios, conflitos, decisão e poder. Políticas e planejamento de intervenção territorial no Brasil. Desenvolvimento rural e abordagem territorial A questão urbana e a abordagem territorial. Experiências recentes de planejamento de intervenção territorial no Brasil nos espaços rurais e urbanos.</p> <p>Bibliografia Básica CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, n. 3, IPEA, 2009. FERNANDES, B. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Aurélio M.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.</p> <p>Complementar DAGNINO, E. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. GUANZIROLI, C. E. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma polêmica. In: Anais...Congresso da SOBER, Porto Alegre, 2009. RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993 SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Hucitec, 1978. VAINER, C. B. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008, p. 39-63. VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. de. Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.</p>	



POLÍTICAS AGRÁRIAS E AGROALIMENTARES	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A Questão Agrária no Brasil. Intervenção do Estado Brasileiro na estrutura agrária e agrícola. O sistema agroalimentar no Brasil. Relação entre agricultura e desenvolvimento. Análise de políticas públicas no setor rural com ênfase para o sistema agrário e agrícola. Ação recente do Estado e suas novas modalidades de intervenção nos sistemas agrário e agrícola. Políticas setoriais. Políticas para a Agricultura Familiar, Orgânica e Agroecológica.</p> <p>Bibliografia Básica DELGADO, G. C. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. LEITE, S. (org.) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001. LEITE, S. P; BONNAL, P. (Orgs.) Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011. Bibliografia complementar ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012. DELGADO, G. Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000. In: STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, Vol. 7, p. 57-87. LIMA, E. N. de; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.). Mundo rural: configurações rural-urbanas-poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X/ Edur, 2007. NERI, M. C.; MELO, L. C. C. de; MONTE, S. dos R. S. Superação da pobreza e a nova classe média no campo. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012 STÉDILE, J. P. (Org.). A questão agrária no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 1995, v. 8.</p>	

POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Agenda ambiental, histórico, características e repercussões. Relações entre os tipos de recursos naturais, modos de apropriação e regimes de propriedade. Instituições, organizações e meio ambiente. Políticas públicas na área ambiental. Instrumentos de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Legislação e políticas públicas na área ambiental no Brasil.</p> <p>Bibliografia Básica ACSELRAD, H. e LEROY, J-P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. Cadernos de debate Brasil Sustentável e Democrático, n. 1. Rio de Janeiro: FASE, P. 11-47, 1999. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 brasileira: bases para a discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000. BURSZTYN, M. Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Editora Brasiliense, 1993. Complementar CAVALCANTI, C; BEGOSSI, A. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001 CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. FERREIRA, L. da C. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998 SACHS, I. O desafio da ECO 92: desenvolvimento com justiça em um planeta habitável. In: _____. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993. WALLERSTEIN, I. Ecologia e custos capitalistas de produção: sem saída. In: _____. O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.</p>	



AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Projetos de Desenvolvimento. Agroecologia. Ação estatal no campo. Políticas públicas para apoio à Agroecologia.</p> <p>Bibliografia Básica ALTIERI, M. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012. CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER - IICA, 2004. LEITE, S. (Org.) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001 Complementar CAVALCANTI, C; BEGOSSI, A. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001 CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: LEFF, E. Racionalidade Ambiental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. FERREIRA, L. da C. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998 LEITE, S. P; BONNAL, P. (Orgs.) Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011. SILVA, J. G. da; VERENA, S. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.</p>	

POLÍTICAS DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Histórico e evolução da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Debate teórico sobre a os principais conceitos envolvidos e em disputa. A realidade da insegurança alimentar e nutricional na população brasileira. Sistema e Política de Segurança Alimentar e Nutricional: marcos regulatório, elementos constitutivos, indicadores, planos, monitoramento e avaliação.</p> <p>Bibliografia Básica CASTRO, J. de. Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão e aço. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. LEÃO, M. (Org.). Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. MALUF, R. S. J. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. Complementar BRASIL. Decreto N°. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Presidência da República, Casa civil, Subchefia de assuntos jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm>. Acesso em 14 de setembro de 2010. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). A segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação adequada: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília. 2010. INSTITUTO CIDADANIA. Projeto fome zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Porto Alegre: Instituto Cidadania/ Projeto Fome Zero/ Fundação Djalma Guimarães, 2001. MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004. VALENTE, F. L. S. (Org.). Direito humano à alimentação. São Paulo: Cortez, 2002.</p>	



INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Debate sobre intersectorialidade e concepções de desenvolvimento. Construção da intersectorialidade nos marcos legais e programas basilares: propostas e desafios. Intersectorialidade com as políticas de assistência social, educação, saúde, desenvolvimento agrário, agroecologia, gênero, habitação e trabalho e renda.</p> <p>Bibliografia Básica CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea). A segurança alimentar e nutricional e o Direito à alimentação adequada: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília. 2010. CONTI, I.L et al. (Org). Programa de Aquisição de Alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Passo Fundo: IFIBE, 2010. 80 p. INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. Cadernos Fundap, São Paulo, n. 22, 2001, p. 102-110. Complementar LEÃO, M. (Org). Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204 p. MALUF, R. S. Jamil. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. Serviço social e sociedade. São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010. NAVARRO. N. A intersectorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza no Brasil: o Caso do Programa Bolsa Família no Município de Guarulhos: 2011. Dissertação (mestrado em administração pública e governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. p. 16-31. SPOSATI. A. Assistência Social: de ação individual a direito social. Revista Brasileira de Direito Constitucional, São Paulo, n. 10, p. 435-458. Jul./dez.2007.</p>	

EDUCAÇÃO E CULTURA ALIMENTAR	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Caracterização da diversidade cultural no Brasil. As raízes culturais nas diversas regiões do País. Determinantes da cultura alimentar brasileira. Hábitos alimentares que guardam traços da herança cultural e a forma como estes são mantidos. Influência da globalização e da industrialização nos hábitos alimentares brasileiros. Produção e consumo de produtos da agricultura familiar camponesa. Programas de educação e cultura alimentar.</p> <p>Bibliografia Básica BRASIL. Guia alimentar para a população brasileira. Disponível em: < http://bvsm.s.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf > Acesso em: 20 de agosto de 2011. CASCUDO, L. da C. C. História da alimentação Brasileira. 3ed. São Paulo: Global, 2004. WRANGHAM, R. W. Pegando fogo: porque cozinhar nos tornou humanos. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. Complementar BRAGA, V. Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. Disponível em http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf. Acesso em 03 de março de 2009. BRASIL. Alimento: direito sagrado. Disponível em < http://www.mds.gov.br/gestao_da_informacao/disseminacao/alimento-direito-sagrado/Alimento_Direito%20Sagrado_we_b.pdf/view > Acesso em: 19 de maio de 2012.</p>	



COLTO FILHO, C. **Tempero do sol**. Fortaleza: Editora CCF Ltda, 2004.
CANESQUI, A.M.; GARCIA, W. M. (Org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.
FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. 51ed. São Paulo: Global, 2004.

CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Discussão sobre a relação entre cidadania, direitos humanos e políticas públicas em um capitalismo excludente. Descentralização das políticas públicas: os desafios municipais. Institucionalização do controle social como exercício regular nas políticas: formulação, financiamento, monitoramento e avaliação. Conselhos de políticas públicas.</p> <p>Bibliografia Básica ARRETCHE, M. T. S. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000. GOHN, M. da G. Conselhos gestores e participação sociopolítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007. HARVEY, D. Espaços de esperança. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves – 6. ed.. São Paulo: Edições Loyola, 2013. Complementar CASTELLS, M. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 D'ÁVILA, C. R. Controle social do programa de aquisição de alimentos. In: CONTI, Irio Luiz. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Passo Fundo: IFIB/REDESAN, 2010. MALUF, R. S. J. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis RJ: Vozes, 2006. TELLES, V. da S. Direitos sociais. Belo Horizonte: UFMG, 1999. UGA, M. A. Descentralização e democracia: o outro lado da moeda. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 5, 1991.</p>	

AGÊNCIAS MULTILATERAIS E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: O papel das agências multilaterais, sua agenda de promoção do desenvolvimento e o financiamento do setor público no Brasil. Influência das principais organizações multilaterais internacionais sobre o desenho e a aplicação de políticas públicas diversas em países em desenvolvimento, com ênfase no caso brasileiro.</p> <p>Bibliografia Básica FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. Rev. Fac. Educ., jan 1998, vol.24, no.1, p.37-69 VIANNA JR., A. (Org.) A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília, março de 1998 UGÁ, V. D. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. Rev. Sociol. Polit. nov. 2004, n.23, p.55-62. Complementar MATTOS, R.A. de. As agências internacionais e as políticas de saúde nos anos 90: um panorama geral da oferta de ideias. Ciênc. saúde coletiva, 2001, v.6, n.2, p.377-389 PENN, H. Primeira infância: a visão do Banco Mundial. Cad. Pesq., mar 2002, n.115, p.7-24 PEREIRA, J. M. M. A disputa político-ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1994-2005). Soc. estado. dez 2005, v.20, n.3, p.611-646. SILVA, M. A. da. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. Cad. CEDES, dez 2003, vol.23, no.61, p.283-301 WERNA, E. As Políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em</p>	



desenvolvimento. **Revista Espaços e Debates**, n. 39. Cidades: Estratégias Gerenciais. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU, São Paulo, 1996.

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A formação histórica do campo e os processos sociais e históricos da sociedade brasileira. Estrutura fundiária e a questão agrária no Brasil. O campesinato e a agricultura familiar no Brasil. Políticas públicas, mobilidade campo-cidade e novas ruralidades. Estado e desenvolvimento econômico no Brasil Contemporâneo abordagem histórica enfocando as principais fases da economia brasileira entre os séculos XX-XXI.</p> <p>Bibliografia Básica CARVALHO, H. M. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J C (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. _____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000.</p> <p>Complementar ARAÚJO de SOUZA, N. Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008. FERNANDES, B. M. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001 LIMA, E. N. de; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.). Mundo rural: configurações rural-urbanas-poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007. PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 – (Grandes nomes do pensamento brasileiro) SAUER, S. A questão agrária no Brasil. Palestra apresentada na reunião temática sobre reforma agrária, promovida pelo Fórum Cearense pela Vida no Semiárido, realizada em Fortaleza, em de junho de 2003.</p>	

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO URBANO	Carga horária: 64 horas.
<p>Ementa: Aspectos históricos do processo de urbanização. As cidades nas sociedades contemporâneas: teorias. A urbanização brasileira: teorias. Urbanização como processo. Organização da cidade; crescimento demográfico; migrações. Contribuição dos clássicos da sociologia no pensamento sobre a cidade. Análise de algumas perspectivas da sociologia urbana: Escola de Chicago (ecologia humana); urbano como “forma cultural”; as cidades como “estilo de vida”; a cidade como “sistema sociocultural” e o urbano como “espaço de reprodução das relações sociais capitalistas”. Movimentos sociais urbanos e o Estado. Análise da cidade contemporânea.</p> <p>Bibliografia Básica MOTTA, D. M. da; MUELLER, C. K. e TORRES, M. de O. A dimensão urbana do desenvolvimento econômico espacial brasileiro. Texto para discussão. Brasília: IPEA, 1997. RIBEIRO, A.C. T. Leituras de movimentos: conjuntura, ação e poder. Revista Temporalis, Rio de Janeiro, n. 4, s.n., 2001. WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.</p> <p>Complementar LAVINAS, L. Federalismo e desenvolvimento regional: debates da revisão constitucional. Texto para discussão. Rio de Janeiro IPEA, 1995. _____, CARLEIAL, Liana Maria da Frota e NABUCO, Maria Regina. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: ANPUR, Hucitec, 1993. PERRY, B.; HARDING, A. The future of urban sociology: report of joint sessions of the British and American Sociological Associations. In: International Journal of Urban and Regional Research, vol. 26, nº 4, 2002, p. 844 -853.</p>	



RIBEIRO, L.C. de Q. e SANTOS JÚNIOR, O. (Orgs.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo. In: **Revista Sociologias** - Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho de 1999, p. 10-13.

ATELIÊ DE POLÍTICAS DO SETOR PÚBLICO

Carga horária: 64 horas

Ementa: Estudo de políticas dos governos federal, estadual e municipal, e dos demais órgãos nacionais e regionais.

Bibliografia

A ser definida em função da política/programa.

TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICAS

Carga horária: 64 horas

Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em planejamento de gestão pública.

Bibliografia

A ser definida em função da política/programa

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Carga horária: 64 horas

Ementa: Compreender os fundamentos educacionais, históricos e políticos da Educação em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos, Cidadania e Desigualdades Sociais no Brasil. Políticas de Educação e a inclusão e/ou exclusão da diversidade das relações étnico-raciais, diversidade de gênero e diversidade de orientação sexual nos Direitos Humanos.

Bibliografia

Básica

BENTO, M. A. S. **Cidadania em preto e branco: discutindo as relações sociais**. São Paulo: Ática, 2002.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

76 p.

CANAU, V.; SCAVINO, S. (Orgs.). **Educar em direitos humanos**. Rio de Janeiro: D& P Editora, 2000.

Complementar

ARQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.

DALLARI, D. de A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2001.

COMPARATO, K. F. **Afirmção histórica dos direitos humanos**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Carga horária: 64 horas



Ementa: Elementos históricos da construção do setor saúde, elementos organizativos e participativos relativos ao controle e construção coletiva da saúde pública. Processos de formação e institucionalização das políticas e do sistema de Saúde no Brasil

Bibliografia

Básica

BAPTISTA, T. W. de F. História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: MATTA, G. C.; PONTES, A. L. de M. (Orgs). **Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p.29-60.

BRAGA, J. C. de S; PAULA, S. G. **Saúde e previdência: estudos de política social.** São Paulo: CEBES/Hucitec, 1981

HERZLICH, C. Saúde e Doença no início do século XXI: entre a experiência privada e a esfera pública. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 14(2):383-394, 2004.

Complementar

BRASIL. **Lei nº 8080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde) Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.

HEIMANN, L.S.; IBANHES, L. C.; BARBOZA, R. (Org.). **O público e o privado na saúde.** São Paulo: HUCITEC, 2005.

MATTA, G. C. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde In: **Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007, v.3, p. 61-80.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública.** São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

STRALEN, C.J. **Gestão participativa de políticas públicas: o caso dos conselhos de saúde.** *Psicologia Política* 5(10) jul./dez. 2005, p. 313-344.

10.6.2.2 Ênfase: Políticas Sociais

ANALISE SOCIAL DA FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: O lugar da família na formulação e implementação de políticas públicas. Famílias e redes sociais: dinâmicas, configurações, funções e impactos na sociedade. Famílias e mudanças sociais. Famílias, Redes sociais e formas de proteção social. Família e Estado.</p> <p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). Famílias, redes, laços e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>ALMEIDA, A. M. de (org.). Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRJ, 1987.</p> <p>ARIÈS, P. História social da criança e das famílias. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981.</p> <p>Complementar</p> <p>BARROS, M. L. (Org.) Família e gerações. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p> <p>CAMPOS, C. E. A. e CARGIA, J. Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família. Revista Katalisys, vol. 10, n 1,2007.</p> <p>CAMPOS, M. S. e MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. Revista Ser Social, v. 12, 2003.</p> <p>CARLOTO, C. M. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. Revista Serviço Social e Sociedade, v. 86, 2006.</p> <p>FARIA, C. A. P. Fundamentos para a formulação e análise de políticas e programas de atenção à família. In:</p>	



STENGEL, M. et al. **Políticas públicas de apoio sócio familiar** Curso de capacitação de conselheiros tutelares e municipais. Belo Horizonte, PUC Minas, 2001.

POLÍTICAS DE GÊNERO	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Debate teórico sobre as relações de gênero: diferentes perspectivas. Gênero e orientação sexual na agenda da política social. Desigualdade de Gênero: desenvolvimento e pobreza, demografia/saúde, educação, trabalho, política, violência. As relações e as hierarquias sociais com base no gênero, suas características principais em diferentes espaços, as formas como as diferenças são criadas e naturalizadas e seus impactos sobre a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas.</p> <p>Bibliografia Básica BARBIERE, T. de. Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica. Recife: SOS Corpo, 1993. BOURDIEU, P. A dominação masculina. In: Educação e Realidade. v. 20 n. 2, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, jul/dez 1995. BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002. Complementar CASTRO, M.; LAVINAS, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. FOUCAULT, M. História da Sexualidade, 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 FRASER, N. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002. LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L.(Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. SCOTT, J. GÊNERO: Uma categoria útil para análise histórica. In: Educação e realidade. v. 20 n. 2, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, jul/dez 1995.</p>	

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Contextualização sócio histórica da infância no Brasil. Políticas públicas que coloquem em primeiro plano a melhoria de vida de crianças. Considera questões como raça, etnia, gênero e região. Políticas vinculadas à educação, saúde, desenvolvimento e assistência social.</p> <p>Bibliografia Básica ANDRADE, L. B. P.; ANDRADE, M. A. R. A. A creche enquanto espaço de ações das políticas públicas destinadas à infância. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 13, n. 1, p. 9-30, 2004. FONSECA, C. Os direitos da criança: dialogando com o ECA. In: C. FONSECA, V. T.; ALVES, C..F. Alves (Orgs.), Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.103-115. FROTA, M. G. C. A cidadania da infância e da adolescência: da situação irregular à proteção integral. In: CARVALHO, A; et.al. (Orgs.), Políticas públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.59-86 Complementar BRASIL. Estatuto da criança e adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF, 1990. CURY, C. R. J. A educação Infantil como direito. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. Brasília, DF, 1998. v. 2. DIDONET, V. Creche: a que veio... para onde vai... Em Aberto, Brasília, DF, v. 18, jul. 2001, p. 73, p. 11-28 FILGUEIRAS, C. A. A creche comunitária na nebulosa da pobreza. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 88, fev. 1994, p. 18-29.</p>	



KUHLMANN JÚNIOR, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.

POLÍTICAS DE JUVENTUDES	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A construção sócio histórica da juventude. Tendências teórico-metodológicas da pesquisa social sobre juventude, Dinâmicas sociais das redes sociais e ações coletivas da juventude. Condição juvenil e sua articulação com as relações sociais de gênero, raça/etnia e classe na sociedade brasileira. Políticas de Juventude.</p> <p>Bibliografia Básica ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação, n 5: 25-36. São Paulo, ANPED, 1997. GROPPO, L. A.; SOUSA, J. T. P. (Orgs.) Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo. Florianópolis: UFSC, 2011. PEREGRINO, M. Trajetórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Rio de Janeiro: Garamond, 2010</p> <p>Complementar BORELLI, S. H. S.; FREIRE FILHO, J. (Orgs.). Culturas juvenis no século XXI. São Paulo: EDUC, 2008 CONSTRUÇÃO COLETIVA: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. 362p. – (Coleção educação para todos; 3). MAGNANI, J. G. C. e SOUZA, B. M. de (Orgs.). Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007. CARRANO, P. C. R. Juventudes e cidades educadoras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. SPÓSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade São Paulo: Tempo Social/USP, 1983.</p>	

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Contextualização sócio histórica do envelhecimento, a partir da realidade brasileira. Concretização da cidadania através do espaço político. Questões referentes aos Direitos do idoso na legislação brasileira: Constituição Federal, Política Nacional do Idoso, Lei sobre a Organização da Assistência Social (LOAS) e Estatuto do Idoso. Papel do poder público e da sociedade civil organizada e o terceiro setor.</p> <p>Bibliografia Básica BELTRÃO, K. I., CAMARANO, A. A., KANSO, S. Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX. Rio de Janeiro: IPEA, 1ª edição. 2004. 71p. COSTA, F. G.; FAVÉRO, M. H. As transformações das representações sociais sobre o envelhecer, o envelhecimento e o idoso: uma pesquisa de intervenção. In. ARAÚJO, L. F. de; CARVALHO, C. M. R. G. de; CARVALHO, V. A. M. de L. As diversidades do envelhecer: uma abordagem multidisciplinar. Curitiba: Editora CRV, 2009. Capítulo 5, p. 75-86. DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.</p> <p>Complementar BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000. Rio de Janeiro-RJ, 2002. _____. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília-DF, 2006. UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. Envelhecimento no século XXI: celebração e desafios. 2012. Disponível em: http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2012/Portuguese-Exec-Summary.pdf. Acessado em: 05/02/2013.</p>	



MENDES, M. R. S. S. B. et. al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paul Enfermagem**, São Paulo-SP, v. 18, n. 4, p. 422-426, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4.pdf>. Acessado em: 02/12/2012.
RESENDE, M. C. F.; DIAS, E. C. Cuidadores de idosos: um novo/velho trabalho. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro-RJ, v.18, nº4, 2008.

POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA

Carga horária: 64 horas

Ementa: Trabalho, emprego e desemprego na atualidade. A questão dos direitos do trabalhador e da proteção social. Princípios para uma política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil. Principais propostas de políticas públicas e programas na realidade brasileira: Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, Políticas de qualificação e certificação. Políticas de trabalho e emprego para a juventude, Políticas de diversidade e inclusão no trabalho.

Bibliografia

Básica

CACCIAMALI, M. C. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. **Estudos Avançados**, 19(55), 2005, p. 85-104.

MORETTO, A. J. **Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro:** a experiência recente. Brasília: OIT, 2010.

PICCININI, V. et. al. **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea:** persistências e inovações. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Complementar

ANDRADE, C. C. **Juventude e trabalho:** alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. IPEA, Mercado de Trabalho, 37, 2008, 25-32.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, 117, 2002, p.197-217.

MORAES, C. S. V.; LOPES, S. Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional. **Educação e Sociedade**, 26(93), 2005, p. 1435-1469.

NITSCH, M.; SANTOS, C. A. Da repressão financeira ao microcrédito. **Revista de Economia Política**, 21(4), 2001, p. 172-183.

RIBEIRO, M. A. Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da Psicologia Social do Trabalho. **Revista de Psicologia Política**, 9(18), 2010, 331-346.

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO

Carga horária: 64 horas

Ementa: Noções sobre microfinanças e microcrédito. Contextos políticos: a mundialização do capital e a reestruturação contemporânea do trabalho. A gênese do microcrédito e sua trajetória na América Latina e no Brasil. Políticas de microcrédito no Ceará: ações, limites e possibilidades. O microcrédito no campo da Economia Solidária.

Bibliografia

Básica

ABRAMOVAY, R. (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza.** São Paulo: Anna Blume, 2005.

MONZONI, M. **Impacto em renda do microcrédito.** São Paulo: Peirópolis, 2008.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo, Editora Ática, 2000.

Complementar

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARONE, F. M. et.al. **Introdução ao microcrédito.** Brasília: Conselho Comunidade Solidária, 2002



CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
PAULINO, G. L. **Economia Solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas**. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Direitos humanos, direitos civis e direitos dos povos: um prefácio das políticas para a inclusão social. Igualdade e diferença: a construção jurídica da exclusão. Políticas de reconhecimento e seus fundamentos: universalismo versus diferencialismo. Ação afirmativa e políticas compensatórias ao redor do mundo. O princípio constitucional da igualdade e a formulação de políticas afirmativas no Brasil.</p> <p>Bibliografia Básica ARNAUD, A.- J. O direito entre modernidade e globalização: lições de filosofia do direito e do Estado. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. SADER, E. (Org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. SAWAYA, R. R. Os dilemas das políticas de inclusão social. Estud. av. [online], 2009, vol.23, n.65, p. 329-334. Complementar BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. C. (Orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002 SANSONE, L. Racismo sem etnicidade. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. SILVA, J. M. C. da. Políticas públicas como instrumento de inclusão social. R. Fac. Dir. UFG, v.35, n. 01, p. 160-185, jan. / jun. 2011 TAYLOR, C. Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998. TOURAINÉ, A. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático: Bauru: Edusc, 1998.</p>	

ECONOMIA DO TERCEIRO SETOR	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: O terceiro setor. O público não estatal, sem finalidade lucrativa. O controle operacional, orçamentário, financeiro, patrimonial e contábil do terceiro setor. A qualificação e a desqualificação de organizações sociais e de organizações da sociedade civil de interesse público. Isenções, imunidades, anistia e serviço voluntário. Contrato de gestão e termo de parceria. Subvenções sociais.</p> <p>Bibliografia Básica BENÍCIO, J. C. Gestão financeira para organizações da sociedade civil. São Paulo: Editora Global, 2001. CAMARGO, M. F. de, et.al. Gestão do terceiro setor no Brasil: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo, Fuura, 2001. COSTA, A.T. Administração de entidades sem fins lucrativos. São Paulo: Nobel, 1992. Complementar FERNANDES, R. C. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. FERRAREZI, E. OSCIP passo a passo: saiba como obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e firmar Termo de Parceria. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento - AED, 2003 HUDSON, M. Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999. SZAZI, E. Terceiro setor: regulação no Brasil. São Paulo: Peirópoles, 2006. TINOCO, J. E. Prudêncio. Balanco social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.</p>	



ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Gênese da Economia Solidária. Discussão sobre os conceitos de solidariedade, cooperativismo e economia familiar. Tensões entre a economia solidária e o mercado. Políticas Públicas de Economia Solidária. Experiências em Economia Solidária na América Latina, Brasil e no Ceará: ações, limites e possibilidades.</p> <p>Bibliografia Básica CAILLÉ, A.; GRAEBER, D. Introdução. IN: MARTINS, P. H. (Org.). A dívida entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu, 2002. GONÇALVES, A.F. Experiências em economia solidária. Campinas: CMU/Arte Escrita, 2009.</p> <p>Complementar CAILLÉ, A. Antropologia do dom: o terceiro paradigma. Petrópolis: Vozes, 2002. FRANÇA FILHO, G. C. et al. (Org.). Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. GODELIER, M. O enigma do dom. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? Civitas, Porto Alegre, 2, n1, jun, 2002. 123-140. SINGER, P; SOUZA, A. R. de (Orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.</p>	

MOVIMENTOS E CONFLITOS SOCIAIS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Interpretações dos conflitos sociais a partir das perspectivas teóricas sociológicas, antropológicas e históricas. Críticas às teorias dos conflitos e seus usos nas ciências sociais: limites das concepções de gerenciamento, controle, eliminação e mediação de conflitos. Conflitos sociais, globalizações, multiculturalismos e sociedades em rede. Conflitos sociais, ciência, tecnologia e informação. Políticas públicas e Sujeitos e Grupos que vivenciam conflitos de gênero, étnicos, intergeracionais, internacionais, conflitos sócio espaciais. Processos sociais que envolvem identificação e enfrentamento coletivo. Articulação e conflitos sociais nos movimentos sociais. Movimentos sociais, Estado e a produção de demandas sociais. Redes de Movimentos Sociais e globalização.</p> <p>Bibliografia Básica BAUMAN, Z. Vidas desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. CANCLINI, N. G. A globalização imaginada. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.</p> <p>Complementar CANCLINI, N. G. Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005. CASTELLS, M. O poder da identidade. (Coleção A Era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2) 3a ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002. MONTIEL, E. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: SIDEKUN, A. (Org.). Alteridade e multiculturalismo. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003. SANTOS, B. de S. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. TOURAINÉ, A. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.</p>	



CIDADANIA, DIREITOS E DESIGUALDADES	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A emergência dos direitos, na clássica tipologia de Marshall. Surgimento das políticas sociais e dos sistemas de <i>Welfare State</i>, no Brasil e no mundo. Questões da cidadania e das desigualdades no Brasil, dando um enfoque especial para a temática das relações étnico-raciais e do seu impacto sobre a cidadania no Brasil.</p>	
<p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>ARRETCHE, M. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais, nº 39.</p> <p>BARROS, R. P. et. al. Pobreza e Desigualdade no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n. 42, 2000.</p> <p>CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil. São Paulo, Civilização Brasileira. 2001.</p> <p>Complementar</p> <p>GUIMARÃES, A. S. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.</p> <p>HENRIQUES, R. (Org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.</p> <p>MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.</p> <p>DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.</p> <p>DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Orgs.). Democracia, sociedade civil e participação. Chapecó: ARGOS, 2007.</p>	

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Conceitos Básicos da Gestão de Projetos. Passos para a Elaboração de Projetos Sociais. A Importância do Monitoramento e Avaliação dos Projetos. Metodologias e Tipos de Avaliação. Processo de Avaliação de Projetos Sociais. Captação de Recursos. Prestação de Contas.</p>	
<p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.</p> <p>MARINO, E. Manual de avaliação de projetos sociais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>SAMSÃO, V., MATHIAS, W.F. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>Complementar</p> <p>AGUILAR, M. J. e ANDER-EGG, E. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1995</p> <p>BAPTISTA, M. V. Planejamento social. São Paulo: Veras Editora, 2002.</p> <p>CURY, T. C. H. Elaboração de projetos sociais. In: ÁVILA, C. M. de (Org.). Gestão de projetos sociais. 3. ed. São Paulo: AAPCS (Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária), 2001, p. 37-58.</p> <p>KISIL, R. Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.</p> <p>TENÓRIO, F. G. (Coord.). Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática. São Paulo: Loyola, 1995.</p>	

SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DE PROJETOS SOCIAIS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Modelos de Desenvolvimento. Desenvolvimento como Processo Social. Desenvolvimento e Mudança Social Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social. Gestão Social como prática em projetos sociais. Dinâmicas condicionantes da formulação e implementação de projetos sociais.</p>	
<p>Bibliografia</p> <p>Básica</p> <p>BAPTISTA, M. V. Planejamento social. São Paulo: Veras Editora, 2002.</p> <p>DOMINGUES, J. M. Desenvolvimento, modernidade e subjetividade. Rev. Bras. Ci., São Paulo, v. 14, n.40,</p>	



1999.
SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 249-262.
Complementar
CRESPO, A. P. A.; GUROVIITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v.1, n. 2, jul-dez/2002.
RADOMSKY, G. F.W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2011, vol.26, n.75, pp. 149-162.
HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 2 v
SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
SEM, A. **Desigualdade rreexaminada**. São Paulo / Rio de Janeiro Record, 2001.

ATELIÊ DE POLÍTICAS SOCIAIS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Estudo de políticas e programas implementados por organizações do terceiro setor e de responsabilidade social corporativa.</p> <p>Bibliografia A ser definida em função da política/programa.</p>	

TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM POLÍTICAS SOCIAIS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em políticas sociais.</p> <p>Bibliografia A ser definida de acordo com o tema proposto.</p>	



10.6.2.3 Ênfase: Avaliação de Políticas Públicas

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS I	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A implementação e avaliação de Políticas Públicas. Os fundamentos conceituais e principais modelos analíticos para a o monitoramento e avaliação das Políticas Públicas. Os pré-requisitos, a relevância e as principais técnicas e métodos de avaliação. Metodologias convencionais e participativas de diagnósticos sociais. Avaliação do projeto.</p> <p>Bibliografia Básica FRANCO, E; COHEN, R. Avaliação de projetos sociais. São Paulo: Vozes, 2000. HOLANDA, A. N. C. Avaliação de programas: conceitos básicos sobre a avaliação “ex-post” de programas e projetos. Fortaleza: ABC Editora, 2006. SILVA, M. O. da S. e (Org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.</p> <p>Complementar BOULMETIS, J.; PHYLLIS, D. The ABCs of evaluation: timeless techniques for program and project managers. San Francisco: Jossey-Bass, 2000. CEPAL. Manual: formulação e avaliação de projetos sociais. Santiago: CEPAL/OEA/CENDEC, 1997. COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. Revista do Serviço Público, v. 49, n.2, p. 105-126, abr./jun., 1998. RICO, E. M. (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. SILVA, M. O. da S. e (Org.). Avaliação das políticas sociais: concepções e modelos analíticos. Serviço Social & Sociedade, 53. Mar. 1997, p. 74-79.</p>	

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS II	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: A dimensão política da avaliação. A avaliação no processo de políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. Tipologias e dimensões da avaliação de políticas públicas.</p> <p>Bibliografia Básica GUBA, E. G. e LINCOLN, Y. Avaliação de quarta geração. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011 p. 27-58. SULBRANDT, J. A avaliação dos programas sociais: uma perspectiva crítica dos modelos usuais. In: KLIKSBERG, B. Pobreza: uma questão inadiável. Brasília: ENAP, 1994. SILVA e SILVA, M. O. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria & prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.</p> <p>Complementar ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. Melo (org.). Avaliação de Política Sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998 BAKER, J. Avaliando o impacto de projetos de desenvolvimento voltados à pobreza. In: BARREIRA, M.C.R.N. e CARVALHO. M.C.B.(Orgs.) Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. COIMBRA, M. A. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G.; COIMBRA, M.A. Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. CONTANDRIOPOULOS, A.P. Avaliando a institucionalização da avaliação. Ciência & Saúde Coletiva, 11(3):705-711, 2006. TENÓRIO, F. G. e ROZEMBERG, J. E. Gestão de políticas públicas e cidadania: metodologias participativas em ação. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV,1997, 31 (4): 101-25.</p>	



METODOLOGIAS EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Diferentes abordagens teóricas e métodos específicos para avaliação de políticas públicas. Tipos de avaliação. Avaliação de impactos: modelo experimental clássico. Modelos quase-experimentais e não experimentais. Análise custo-benefício, análise custo-efetividade e sistemas de indicadores sociais. Avaliação por objetivos. Avaliação pluralista. Avaliação da sustentabilidade dos projetos. Indicadores para a avaliação.</p> <p>Bibliografia Básica AGUILAR, M.J. e ANDER-EGG, E. Avaliação de serviços e programas sociais. Petrópolis: Vozes, 1994. CARVALHO, M. do C. B. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, E. M. (Org.). Avaliação de política sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998. DRAIBE, S. Avaliação de impactos: experiências metodológicas em políticas sociais no Brasil. WORKSHOP ON EVALUATION OF SOCIAL IMPACT. Rio de Janeiro: BNDES, 2002</p> <p>Complementar BARROS, R. P. Avaliando o impacto social de programas públicos: principais problemas e soluções. WORKSHOP ON EVALUATION OF SOCIAL IMPACT. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 1997. FARIA, C. A.P. A política de avaliação das políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.20, n. 59, 2005. ROSSI, P.; FREEMAN, Howard, Evaluation. a systematic approach. 4th ed Newbury Park: Sage Publications, 1988. TENÓRIO, F. G. e ROZEMBERG, J. E. Gestão de políticas públicas e cidadania: metodologias participativas em ação. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, 1997, 31 (4): 101-25.</p>	

INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: O que são indicadores e como são criados. Características dos indicadores. Indicadores econômicos. Indicadores sociais. Indicadores de desenvolvimento humano. Indicadores de sustentabilidade. A aplicação dos indicadores nas pesquisas sociais. Acesso, manuseio e análise de dados e indicadores disponíveis.</p> <p>Bibliografia Básica CARLEY, M. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Vinte Anos da Constituição Federal - Anexo Estatístico nº 17, Anexo Estatístico 2009. Disponível em http://www.ipea.gov.br/082/08201002.jsp?ttCD_CHAVE=3128, acesso em 17/09/2010 FERREIRA, S. P. Produção e disponibilização de estatísticas: uma abordagem institucional. Revista São Paulo em Perspectiva. 2003, vol.17, n.3-4, pp. 17-25.</p> <p>Complementar JANNUZZI, P.M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações. Campinas: Allínea/PUC-Campinas, 2004 (3ª. ed.) _____. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160. abr/jun, 2005. Disponível em www.enap.gov.br, acesso em 17/09/2010 POCHMANN, M. et al. (Orgs.). Atlas da exclusão social no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez; 2005. TORRES, H. da G.; FERREIRA, M.P. e DINI, N.P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. Revista São Paulo Perspectiva. 2003, v.17, n.3-4, p. 80-90. PNUD et al. Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros. Brasília: PNUD, 1998.</p>	



ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Processo de avaliação de políticas ambientais: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de planejamento e gestão ambiental.</p> <p>Bibliografia Básica CORBUCCI, E. M. Políticas públicas ambientais e participação social no Brasil, In: Espaço & Geografia, v. 6, n. 2, 2003, p. 75. LITTLE, P. E. (Org.). Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003 BROSE, M. (Org.) Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. Complementar ALMEIDA, L. T. de. O debate internacional sobre instrumentos de política ambiental e questões para o Brasil. Brasília. Disponível em: http://www.ecoeco.org.br. Acesso em: 30/05/201. 1997. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 brasileira: bases para a discussão. Brasília: MMA/PNUD 2000. CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. FERREIRA, L. da C. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998 MONTIBELLER F., Gilberto. O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2ª ed.rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Processo de avaliação de políticas urbanas: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de política urbana.</p> <p>Bibliografia Básica ACSELRAD, H.. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro, DP&A, 2001. BRASIL. Ministério das Cidades. Política nacional de desenvolvimento urbano. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 1). SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003 Complementar BRASIL. Ministério das Cidades. Reabilitação de centros urbanos. Brasília, DF, 2005. _____. _____. Política nacional de habitação. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 4). _____. _____. Gestão integrada da mobilidade urbana. Brasília, DF. _____. _____. Planejamento territorial urbano e política fundiária. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Mcidades, n. 3). SEPE, P. M., GOMES, S. (Coord.) Indicadores ambientais e gestão urbana: desafio para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente: Centro de Estudos da Metrópole, 2008.</p>	



ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Processo de avaliação de políticas de intervenção no território: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de intervenção no território.</p> <p>Bibliografia Básica GRYNSZPAN, M. Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais. In: Revista Sociologias - Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho JACOBI, P. Movimentos Reivindicatórios Urbanos, Estado e Cultura Política: Reflexão em Torno da Ação Coletiva e dos seus Efeitos Políticos-Institucionais no Brasil. In LARANJEIRA, Sônia (org.). Classes e movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990. MOURA, R. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. Boletim Campineiro de Geografia. Campinas, v.1, n.1, 2011.</p> <p>Complementar FARANAK MIRAFTAB (2009). Insurgent planning: situating radical planning in Global South. Planning Theory, vol. 8, n. 1, p. 32-50 PORTO, M.S.G. Entre a política e a religião: caminhos da contribuição weberiana à análise da violência. In: Revista Sociologias - Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho de 1999, p. 14-32. SANDERCOCK, L. Planning's radical project. What's the pedagogy? Planners Network, 1999 (http://www.plannersnetwork.org/1999/01/plannings-radical-project-whats-the-pedagogy) VAINER, C.B. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000. WACQUANT, L. Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS AGRÁRIAS E AGROALIMENTARES	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Processo de avaliação de políticas agrárias e agroalimentares: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de agrárias e agroalimentares.</p> <p>Bibliografia Básica BUAINAIN, A. M. Trajectoria recente da política agrícola brasileira. Campinas: Projeto FAO/036/BRA, 1997. LAMOUNIER, B (Coord.) Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão. Brasília: Ipea, 1994. MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. In: Revista Agriculturas: experiências em agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.</p> <p>Complementar DELGADO, G. Capital financeiro e agricultura no Brasil. Campinas: Ícone, 1985. _____. Política de preços mínimos: uma avaliação do sistema de garantia de preços da CFP. IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. v.1. Brasília: IPEA, 1989. LEITE, S. (Org.) Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001. LINDERT, P. H. “Historical patterns of agricultural policy”. In: Timmer, C.P. (Ed) Agriculture and the State. Ithaca: Cornell Univ., 1991. MOYANO, E. La agricultura entre el nuevo y el viejo corporativismo”. In: Giner, S. e YRUELA, M.P. (Coord). El corporativismo en España. Barcelona: Ariel, 1989.</p>	



ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Processo de avaliação de políticas de segurança e soberania alimentar e nutricional: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de segurança e soberania alimentar e nutricional.</p> <p>Bibliografia Básica BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Presidência da República, Casa civil. Subchefia para assuntos jurídicos. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea). A segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação adequada: indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília. 2010. SANTOS, S.M.C; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 1- Abordagem metodológica. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, v. 23, n.5, mai., 2007, p. 1029-1040. Complementar CASTRO, J. de. Geografia da Fome. O dilema brasileiro: pão e aço. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA), INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (IICA). Construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília: CONSEA/ FAO/ IICA, 2009. INSTITUTO CIDADANIA. Projeto fome zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Porto Alegre: Instituto Cidadania/ Projeto Fome Zero/ Fundação Djalma Guimarães, 2001. MALUF, R. S. J.. Segurança alimentar e nutricional. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007. LEÃO, M. (Org.). Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Processo de avaliação de políticas de trabalho, emprego e geração de renda: formulação implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de trabalho, emprego e geração de renda.</p> <p>Bibliografia Básica BARBOSA, R. N. C. A economia solidária como política pública: uma tendência a geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 305p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. BARROS, R. P. de; Henriques R.; Mendonça, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 15, n.42. p.123-142. fev. 2000. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. 1º Seminário de avaliação do Proninc. Anais ...Brasília: MTE, 2008. 78 p. Complementar FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T. S.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SHOMMER, P. C. Gestão social: práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: UFC, 2008^a, p.27-37. GOERCK, C. Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento: sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. 2009. 405p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. GUERRA. A. C. Gestão das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: uma análise</p>	



comparativa. 2008. 91p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.
PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. Boletim Mercado de Trabalho – **Conjuntura e Análise**, Brasília, n.39, p. 57- , maio 2009.
VARANDA, A. P. M; CUNHA, P. C. B. (Org.). **Diagnóstico e impactos do programa nacional de incubadoras de cooperativas populares.** Fase: Rio de Janeiro, 2007. 60p.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO	Carga horária: 64 horas
Ementa: Processo de avaliação de políticas de gênero: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas de gênero.	
Bibliografia	
Básica	
BANDEIRA DE MELO, C. A. Conteúdo jurídico do princípio de igualdade. São Paulo: Editora Malheiros, 1993	
FARAH, M. F. Gênero e Políticas Públicas. Estudos Feministas , Florianópolis, 12(1):360, janeiro-abril, 2004	
FRASER, N. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.	
Complementar	
BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda”. Cadernos de Pesquisa , São Paulo, FCC, v.39, n. 136, jan./abr. 2009.	
GUEDES, M. de C. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. In: XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Anais... Caxambu, ABEP, setembro de 2004.	
LAVINAS, L. Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. In: LAVINAS, L.; LEÓN, F. (Orgs.). Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. Santiago do Chile: Cepal, setembro de 2002.	
NEVES, M. A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I. B. Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. 34 ed. Campinas, Abep, Nepo/Unicamp e Cedeplar/UFMG, 2000.	
SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade , Porto Alegre, v.20(2), p.71-99, 1995.	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA	Carga horária: 64 horas
Ementa: Processo de avaliação de políticas de políticas para a infância: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas para a infância.	
Bibliografia	
Básica	
BARTHOLO, L. Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI. Dissertação de Mestrado, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2009.	
BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Análise comparativa de programas de proteção social, 1995-2003. Brasília, 2004.	
COSTA, A. C. G. O novo direito da infância e da juventude no Brasil. Projeto 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Avaliando Conquistas e Projetando Metas. CONANDA/UNICEF, julho, 1999.	
Complementar	
DIMENSTEIN, G. O cidadão de papel: a infância e adolescência e os direitos humanos no Brasil. 2. ed. São	



Paulo: Ática, 2002.
FROTA, M. G. C. A cidadania da infância e da adolescência. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
MACHADO, K. Conselhos tutelares e de direitos: em defesa da criança e do adolescente. **Radis Comunicação em Saúde**, Rio de Janeiro, n. 44, abr. 2006.
MENDONÇA, M. H. M. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 27, 2002.
TEIXEIRA, S. F. **Direitos de família e do menor**: inovações e tendências. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDES	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Processo de avaliação de políticas para juventudes: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas para juventudes.</p> <p>Bibliografia Básica ACOSTA, A. R. e; VITALE, M. A. F.(Orgs.). Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2003 CAMPOS, M. S. e; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. In: Revista Ser Social, nº 12. Brasília, 2003. MIOTO, C. T. Orientações e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Complementar ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 5/6, 1997. GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE POLÍTICAS PARA ADOLESCENTES DE BAIXA ESCOLARIDADE E BAIXA RENDA. Adolescência, escolaridade, profissionalização e renda. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, agosto 2002. RUA, M. das G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998. SPOSITO, M. P. Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003. WANDERLEY, M.B. W; OLIVEIRA, I. I. de M. C. (Orgs.) Trabalho social com famílias 1 e 2: metodologia e monitoramento. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO	Carga horária: 64 horas
<p>Ementa: Processo de avaliação de políticas de políticas para o envelhecimento: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas para o envelhecimento.</p> <p>Bibliografia Básica ARAÚJO, L. F. (org.). Psicologia do envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2009, 218 p. DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. MAIA, E. M. C.; FERREIRA, C. L. Envelhecimento e Desafios Adaptativos. In: FALCÃO, D. V. S; SAYEG, M. A., MESQUITA, R. A. V. V. Políticas públicas de saúde para o envelhecimento. In: FREITAS, E. V. de et alii (Orgs.). Tratado de geriatria e gerontologia, 2002, p. 1.083-1.089. Complementar</p>	



SILVESTRE, J. A., COSTA NETO, M. M. Abordagem do idoso em programas de saúde da família. **Cadernos de Saúde Pública**, Fiocruz, v. 19, n. 3, maio/jun. 2003.

SIMÕES, J. A. **A maior categoria do país: o aposentado como ator político**. In: BARROS, M. M. L. (org.). *Velhice ou terceira idade?* 2ª ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

VERAS, R. **Em busca de uma assistência adequada à saúde do idoso: revisão da literatura e aplicação de um instrumento de detecção precoce e de previsibilidade de agravos**. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 3, maio/jun. 2003.

WANDERLEY, M. B. et alii. **Publicização do papel do cuidador domiciliar**. IEE/PUC-SP e MPAS, 1998.

YUASO, D. R. **Cuidar de cuidadores: resultados de um programa de treinamento realizado em domicílio**. In: NERI, A. L. (org.). *Cuidar de idosos no contexto da família: questões psicológicas e sociais*. Campinas, (SP): Ed. Alínea, 2002.

ATELIÊ DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
Ementa: Estudo de avaliações de políticas dos governos federal, estadual e municipal, e dos demais órgãos nacionais e regionais.	
Bibliografia: A ser definida em função da política/programa	

TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	Carga horária: 64 horas
Ementa: Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em avaliação de políticas públicas.	
Bibliografia: A ser definida de acordo com o tema proposto	

10.6.3 Disciplinas Opcionais⁵

a) Sétimo semestre

LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	Carga horária: 64 horas
Ementa: Aspectos históricos, linguísticos e neurológicos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Uso do espaço. Alfabeto digital. Números. Classificadores. Verbos. Uso de expressões faciais gramaticais. Frases declarativas, afirmativas, negativas, interrogativas e exclamativas. Diálogos em LIBRAS.	

10.7 Estágio Supervisionado (Residência Social)

A partir do 5º semestre será desenvolvido o Estágio, nomeado de Residência Social, em um lócus específico de um setor Governo, Empresa ou Terceiro Setor. Dentro da lógica da Residência Social, o(a) aluno (a) deverá realizar uma “residência” em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas, de forma a identificar uma situação que

⁵ Além da disciplina de Libras, os(as) estudantes escolherão dentre as disciplinas eletivas oferecidas dos semestres, dentre aquelas não componentes de seu itinerário formativo, além de disciplinas de caráter livre dentre os outros cursos de graduação da UFC, as disciplinas que irão compor o quadro de disciplinas opcionais a serem cursadas no semestre.



deverá ser estudada com o auxílio das disciplinas que estão sendo cursadas, elaborar uma proposição de intervenção, e aplicar esta proposição na instituição onde o estágio está sendo desenvolvido, realizando ainda a sua avaliação.

O princípio é de que o(a) aluno(a) habilita-se ao exercício profissional à medida em que complementa sua formação mais teórica com uma vivência da prática profissional de modo intensivo. O princípio é de que o(a) estudante aprende à medida que se envolve com o cotidiano da gestão de uma ou mais organizações, ao passo que auxilia as organizações acompanhadas, ao oferecer aportes técnicos, os quais podem trazer como fruto da sua vivência. Esse processo, por outro lado, tende a estimular reflexões a respeito da gestão, o que reflete o caráter de pesquisa desta prática (SCHOMMER e FRANÇA FILHO, 2010).

O estágio terá carga horária total de 512 horas, ou 32 créditos, distribuídos em 04 semestres; devendo o(a) aluno (a) cursar 128 horas, no total de 08 créditos, por semestre.

10.8 Trabalho de Conclusão de Curso/ Monografia:

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade de orientação individual, de caráter obrigatório, na forma de disciplina e atividade a serem cursadas respectivamente nos 7º e 8º semestres (Projeto de Monografia - disciplina - e Monografia - atividade), no total de 128 horas, correspondendo a 8 créditos, perfazendo 64 horas por semestre, correspondentes a 04 créditos. Constitui-se em um dos espaços formativos capazes de proporcionar ao formando o aprofundamento e a proficiência no campo da pesquisa e prática, associadas à gestão das políticas públicas, a ser apresentado em formato monográfico.

O trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade que tem por objetivo sistematizar o conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado à gestão de políticas públicas devendo ser resultado das leituras, observações, críticas, experiências e reflexões feitas durante o Curso, possibilitando ao estudante a construção de conhecimento através de pesquisa e investigação.

As normas referentes ao Projeto de Monografia e Monografia serão regulamentados por resolução específica aprovada pelo colegiado do curso, quando de sua implantação. Logo após esta regulamentação serão elaborados manuais que informarão detalhadamente as formas de acompanhamento e de avaliação, bem como os procedimentos a serem adotados para os casos omissos, não contemplados pela resolução.



10.9 Atividades Complementares:

Cabe destacar a necessária articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária na gestão do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas. Há, na UFC, em particular no corpo docente constituinte do Curso, vários grupos que, há muito, vêm se dedicando aos estudos sobre o planejamento e a gestão governamental e de políticas públicas, como também à realização de cursos promoção de eventos, consultorias e outras atividades.

As atividades complementares são espaços programados pelo curso e de livre iniciativa dos(as) alunos(as) e/ou sugeridas por professores do Curso. Deverão cumprir uma carga horária de 128 horas, correspondente a 08 créditos; destes, 50% deverão ser cumpridos em Cursos livres na temática de gestão de políticas públicas e 50% ficarão sob escolha dos estudantes, mas deverão ser atividades relacionadas à temática do curso.

As atividades complementares serão regulamentados por resolução específica aprovada pelo colegiado do curso, quando de sua implantação. Logo após esta regulamentação serão elaborados manuais que informarão detalhadamente as formas de acompanhamento e de avaliação, bem como os procedimentos a serem adotados para os casos omissos, não contemplados pela resolução.

11 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR:

Ao longo de oito semestres (4 anos), a carga horária do Curso totaliza o mínimo de 3.200 horas-aulas, o que corresponde a 200 créditos. A carga horária atende à exigência da Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2008, em seu Art. 2, Inciso III e item “c”, do Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Também são seguidas as DCN dos Cursos do Campo de Públicas aprovadas em 10/12/2010, através do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 266/2010 e homologadas pelo Ministério da Educação em 19/12/2013, e instituídas em 13/01/2014 pela Resolução Nº 1 do CNE/CES, que preveem no seu Art. 11, uma carga horária mínima de 3.000 horas.

Segue-se ainda a Resolução Nº 14/2007 do CEPE/UFC, que no Art. 1º, determina que a integralização curricular ocorra dentro do intervalo de tempo padrão de quatro anos



(oito semestres) e, no máximo, seis anos (doze semestres). Ao cabo do período máximo estabelecido, o(a) aluno(a) entrará em processo de desligamento, conforme as normas da UFC.

O Curso será ofertado para o turno vespertino, com (50) cinquenta vagas anuais, selecionados(as) de acordo com a regulamentação de acesso da UFC. Como regra geral, as disciplinas serão ofertadas no período da tarde, mas, em virtude de especificidades, algumas poderão ser ofertadas no período da manhã ou noite.



12 QUADRO GERAL DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

DADOS GERAIS SOBRE O CURSO	
CURSO	Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas
VAGAS	50 anuais
PERÍODO/TURNO	Vespertino
CARGA HORÁRIA DE CADA COMPONENTE CURRICULAR	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	1280 horas
DISCIPLINAS OPTATIVAS	1152 horas
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	128 horas
ESTAGIO SUPERVISIONADO	512 horas
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	128 horas
CARGA HORÁRIA TOTAL DE INTEGRALIZAÇÃO	3200 horas
DURAÇÃO DO CURSO	
TEMPO MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	06 anos
TEMPO MÍNIMO DE INTEGRALIZAÇÃO	04 anos



13 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Seguem abaixo considerações acerca dos processos de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico e dos processos de ensino e aprendizagem do curso de Gestão de Políticas Públicas, em suas áreas de concentração.

13.1 Do Projeto Pedagógico

Partindo-se do pressuposto de que todo projeto, seja ele pedagógico ou não, representa uma ação a ser realizada buscando uma descoberta, que sempre traz no seu bojo zonas de desconfortos e implica em desdobramentos que irão objetivar a construção de um estado melhor que o presente, daí a razão do projeto; também se é verdadeiro afirmar que a implementação de um projeto pedagógico é uma ação repleta de desafios.

A implantação do projeto do Curso de Gestão de Políticas Públicas deverá ser coordenada pelo Colegiado do Curso, a partir do primeiro período letivo envolvendo os professores e os estudantes; neste sentido, será realizado um Seminário de Preparação do Semestre que terá fundamental importância nesse processo. Ao final de cada período letivo, deverá ser realizado, em um dia (máximo de 4h/a), um amplo Seminário de Avaliação do Curso, também a ser contabilizado como Atividade Complementar, a fim de se implantar, no projeto, os ajustes que se fizerem necessários à correção de rumos e ao aperfeiçoamento do curso.

O projeto deve também contemplar opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo. Sendo assim, a realização do acompanhamento e da avaliação das atividades do curso enseja a reflexão sobre como o mesmo encontra-se organizado, fazendo com que o projeto pedagógico seja, de fato, concretizado integralmente e modificado e, corrigindo os rumos sempre que se fizer necessário, buscando sempre a sua ressignificação.

Em função disso, a avaliação crítica do projeto deverá buscar explicar e compreender as causas das possíveis insuficiências e problemas que venham a ser detectados, bem como as relações entre essas causas e as necessidades de atuar nestas, construindo ações alternativas a serem criadas sempre de forma coletiva.



A perspectiva crítica exige que se analise o Projeto Pedagógico não como algo inflexível, mas fundamentalmente como um projeto que aceita, reconhece e reflete as contradições e conflitos vinculados às dinâmicas sociais e políticas do país. A partir destas perspectivas pode-se compreender que o projeto parte de três eixos fundamentais: da avaliação contínua, da avaliação formativa e da avaliação progressiva, sempre realizadas de forma coletiva. Estimular a participação na construção continuada e avaliação do projeto pedagógico significa se apropriar dos resultados da própria organização do trabalho pedagógico e trilhar pelos caminhos pelos quais este curso foi constituído.

O processo de avaliação proposto será aplicado em quatro momentos:

- 1) Estabelecimento de um marco inicial, aqui denominado de Marco Zero do Curso de Gestão de Políticas Públicas, no primeiro semestre de funcionamento do Curso;
- 2) Problematização da realidade do curso no momento da avaliação;
- 3) Organização das compreensões críticas da realidade encontrada e problematizada;
- 4) Criação coletiva de proposição das alternativas de ação.

A Comissão de Avaliação ficará responsável pela condução do processo de avaliação do Curso. A fim de se viabilizar o processo de avaliação, serão realizadas reuniões, que poderão também acontecer também em meio virtual, onde professores e alunos (as) poderão expressar suas perspectivas e relatos, organizando reflexões em propostas e gerando alternativas que serão submetidas à coletividade. Outras ações serão propostas pela Comissão, a partir de sua efetivação.

13.2 Dos Processos de Ensino e de Aprendizagem

Os procedimentos gerais da avaliação dos processos de ensino e aprendizagem estarão em absoluta conformidade com as orientações regimentais da Universidade Federal do Ceará, contudo, o caminho para estabelecimento destes indicadores será realizado através de um decurso coerente com a atualidade e a orientação pedagógica do curso de Gestão de Políticas Públicas.

A avaliação deverá ter por base os conteúdos, a metodologia adotada e a natureza das disciplinas e atividade - se teórica ou teórico-prática, considerando o tipo de profissional a ser formado e para que tipo de sociedade em que ele irá intervir; os paradigmas



que informam e sustentam o projeto pedagógico; os tipos de conhecimentos, habilidades e valores a serem experienciados e desenvolvidos pelos (as) alunos (as) e as implicações para as práticas de ensino-aprendizagem nas diversas instâncias do curso, considerando os aspectos definidos anteriormente nos Princípios norteadores e nas Metodologias de Ensino e de Aprendizagem.

Além disso, serão consideradas a utilização de tecnologias Educacionais Presenciais e à Distância, através da adoção de práticas pedagógicas de formação intelectual, técnica e profissional do (a) aluno (a) visando o desenvolvimento de sua consciência crítica e autonomia conjugadas com os Princípios Norteadores elencados neste documento. O desenvolvimento desses processos irá se constituir tanto na relação professor-aluno, nos momentos de encontros presenciais (sala de aula, laboratórios e demais espaços de uso comum do curso), quanto nas relações mediadas por ferramentas tecnológicas digitais (uso de ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas de comunicação, dentre outras).

O uso de tais ferramentas tecnológicas será estimulado e possibilitará, também, o desenvolvimento de até 20% da carga horária de disciplinas (para os casos em que for aplicável, levando-se em conta as peculiaridades de cada caso) na modalidade à distância, conforme Portaria do MEC n. 4.059/04, de 10 de dezembro de 2004 e definidos pelo professor, pelo representante da Unidade Curricular correspondente à disciplina e pela Coordenação do Curso. Serão definidas posteriormente pelos professores e Coordenação do Curso as disciplinas que serão ofertadas nesta modalidade.

Em suma, o Curso de Gestão de Políticas Públicas também tem entre os seus pressupostos a necessidade de superar a abordagem tradicional do ensino centrado no professor, no livro, na aula teórica, no conteúdo estático, documentado e estabelecido em desenhos curriculares enciclopédicos e inflexíveis.

Defende-se que nos processos de formação e de avaliação, torna premente superar a compreensão de que a avaliação da aprendizagem pode ser realizada a partir da simples soma de tarefas e técnicas realizadas individualmente e de forma parcelada, postura privilegiada pela concepção tecnicista da educação e do trabalho.

Isso significa estabelecer que:

Isso significa estabelecer que:



- Professor(a) e aluno(a) são sujeitos e partícipes dos saberes a serem desenvolvidos ao longo das disciplinas do curso, evitando-se a postura do(a) professor(a) como único detentor(a) e disseminador(a) de informações e saberes;
- A aprendizagem coletiva, em grupos, terá destaque central considerando que a interdisciplinaridade da formação requer obrigatoriamente a necessidade de agregação de saberes, experiências e práticas diversas para o enfrentamento de questões complexas e atuais que se colocam aos estudantes.

A avaliação no Curso de Gestão de Políticas Públicas seguirá as orientações do Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará, conforme segue:

Art. 109 - A avaliação do rendimento escolar será feita por disciplina e, quando se fizer necessário, na perspectiva de todo o curso, abrangendo sempre a assiduidade e a eficiência, ambas eliminatórias por si mesmas.

§ 1º. - Entende-se por assiduidade a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina.

§ 2º. - Entende-se por eficiência o grau de aproveitamento do (a) aluno (a) nos estudos desenvolvidos em cada disciplina.

Art. 110 - A verificação da eficiência em cada disciplina será realizada progressivamente durante o período letivo e, ao final deste, de forma individual ou coletiva, utilizando formas e instrumentos de avaliação indicados no plano de ensino e aprovados pelo Departamento.

§ 1º. - As avaliações escritas, após corrigidas, e suas notas transcritas nos mapas de notas pelo professor, serão devolvidas ao (a) aluno (a).

§ 2º. - A devolução de que trata o parágrafo anterior deverá fazer-se pelo menos até 07 (sete) dias antes da verificação seguinte.

§ 3º. - Será assegurada ao (a) aluno (a) a segunda chamada das provas, desde que solicitada, por escrito, até 03 (três) dias úteis decorridos após a realização da prova em primeira chamada.

§ 4º. - É facultado ao (a) aluno (a), dentro de 03 (três) dias úteis após o conhecimento do resultado da avaliação, solicitar justificadamente a respectiva revisão pelo próprio docente, encaminhando o pedido através do chefe do Departamento correspondente.



Art. 111 - Os resultados das verificações do rendimento serão expressos em notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez), com, no máximo, uma casa decimal.

Art. 112 - A verificação da eficiência compreenderá as avaliações progressivas e a avaliação final.

§ 1º. - Entende-se por avaliações progressivas, aquelas feitas ao longo do período letivo, num mínimo de duas, objetivando verificar o rendimento do (a) aluno (a) em relação ao conteúdo ministrado durante o período.

§ 2º. - Entende-se por avaliação final, aquela feita através de uma verificação realizada após o cumprimento de pelo menos 90% (noventa por cento) do conteúdo programado para a disciplina no respectivo período letivo

Art. 113 - Na verificação da assiduidade, será aprovado o (a) aluno (a) que frequentar 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária da disciplina, vedado o abono de faltas.

Art. 114 - Na verificação da eficiência, será aprovado por média o (a) aluno (a) que, em cada disciplina, apresentar média aritmética das notas resultantes das avaliações progressivas igual ou superior a 07 (sete).

*§ 1º. - O (a) aluno (a) que apresentar a média de que trata o **caput** deste artigo, igual ou superior a 04 (quatro) e inferior a 07 (sete), será submetido à avaliação final.*

§ 2º. - O (a) aluno (a) que se enquadrar na situação descrita no parágrafo anterior será aprovado quando obtiver nota igual ou superior a 04 (quatro) na avaliação final, média final igual ou superior a 05 (cinco), calculada pela seguinte fórmula:

MF = (NAF + \sum NAP/n)/2 , onde:

- MF = Média Final;*
- NAF = Nota de Avaliação Final;*
- NAP = Nota de Avaliação Progressiva;*
- n = Número de Avaliações Progressivas.*

*§ 3º. - Será reprovado o (a) aluno (a) que não preencher as condições estipuladas no art. 113, no **caput** e § 2º. do art. 114.*



Art. 115 - Constará da síntese de rendimento escolar o resultado final de aprovação do (a) aluno (a), expresso por:

- a) Média aritmética das avaliações progressivas;*
- b) nota de avaliação final;*
- c) média final;*
- d) frequência.*

Art. 116 - A verificação do rendimento na perspectiva do curso far-se-á por meio de monografias ou trabalhos equivalentes, estágios, internatos e outras formas de treinamento em situação real de trabalho.

§ 1º. - A verificação do rendimento de que trata este artigo será regulada através de Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, observados o que constar no Anexo do curso e o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º. - Não poderá ser diplomado o (a) aluno (a) que, no conjunto de tarefas previstas para a avaliação do rendimento na perspectiva do curso, apresentar frequência inferior a 90% (noventa por cento), ou nota inferior a 07 (sete).

Art. 117 - A avaliação do rendimento escolar, prevista nos artigos precedentes, aplica-se aos cursos de graduação.

A composição das notas será definida pelo professor. Quanto à formalização da avaliação e da passagem das notas, serão observadas as recomendações do regimento da UFC.



14 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A OFERTA DO CURSO:

14.1 Corpo Docente

Como se trata de um novo Curso é necessário detalhar as reais necessidades de docentes, para sua implantação. Essas necessidades foram dimensionadas, levando em consideração as disciplinas que compõem o conjunto das disciplinas obrigatórias e eletivas do Curso; estas últimas, dependendo do itinerário formativo definidos para os(as) alunos(as), tornam-se obrigatórias.

No quadro a seguir, encontra-se uma distribuição das disciplinas obrigatórias, segundo os(as) docentes diretamente vinculados(as) ao Curso e disciplinas a serem ofertadas por outros departamentos da UFC. A partir da constatação de disciplinas sem docentes, dimensionou-se o total de novas vagas para seleção de professores efetivos.

14.1.1. Quadro de disciplinas por semestre por departamento:

SEM.	DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO ⁶
1º	Sociologia aplicada às Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Fundamentos de Economia	ECONOMIA AGRÍCOLA
	Estado, Governo e Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Formação Econômica, Política e Social Brasileira	ECONOMIA AGRÍCOLA
	Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica	ECONOMIA DOMÉSTICA
2º	Introdução às Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Antropologia e Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Estatística aplicada às Políticas Públicas	ECONOMIA AGRÍCOLA
	Psicologia Social no Campo Público	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa	ECONOMIA DOMÉSTICA
3º	Direito Administrativo	DIREITO PÚBLICO
	Políticas Públicas no Brasil	ECONOMIA DOMÉSTICA

⁶ Com exceção de disciplinas que terão como responsáveis professores do Departamento de Economia Agrícola, todas as demais disciplinas estão alocadas no Departamento de Economia Doméstica, pelo fato deste Departamento comportar a maioria dos professores do Curso de Gestão de Políticas Públicas, inclusive os que forem contratados para o Curso serão lotados neste Departamento.



	Administração e Gestão Pública	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Métodos Pesquisa e Análise Quantitativa	ECONOMIA AGRÍCOLA
4º	Estado Brasileiro Contemporâneo	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Estado e Direitos Humanos no Brasil	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Instrumentos de Planejamento e Gestão Pública	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II	ECONOMIA DOMÉSTICA
5º e 6º	Residência Social I	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Residência Social II	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Participação e Sociedade Civil	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Economia do Setor Público	ECONOMIA AGRÍCOLA
	Políticas Urbanas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas Públicas de Intervenção Territorial	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas Agrárias e Agroalimentares	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas Públicas e Meio Ambiente	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Agroecologia no contexto das Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Intersetorialidade nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Educação e Cultura Alimentar	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Controle Social de Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Agências Multilaterais e Planejamento de Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Sociologia do Desenvolvimento Rural	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Sociologia do Desenvolvimento Urbano	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Ateliê de Políticas do Setor Público	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Temas Contemporâneos em Planejamento e Gestão Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas de Educação e Direitos Humanos	ECONOMIA DOMÉSTICA
Políticas Públicas de Saúde	ECONOMIA DOMÉSTICA	



Análise Social da Família e Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
Políticas de Gênero	ECONOMIA DOMÉSTICA
Políticas Públicas para a Infância	ECONOMIA DOMÉSTICA
Políticas de Juventudes	ECONOMIA DOMÉSTICA
Políticas Públicas para o Envelhecimento	ECONOMIA DOMÉSTICA
Política de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	ECONOMIA DOMÉSTICA
Políticas e Programas de Microfinanças e Microcrédito	ECONOMIA DOMÉSTICA
Políticas de Inclusão Social	ECONOMIA DOMÉSTICA
Economia do Terceiro Setor	ECONOMIA AGRÍCOLA
Economia Solidária e Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
Movimentos e Conflitos Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA
Cidadania, Direitos e Desigualdades	ECONOMIA DOMÉSTICA
Elaboração e Gestão de Projetos Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA
Sociologia do Desenvolvimento e de Projetos Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA
Ateliê de Políticas Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA
Temas Contemporâneos em Políticas Sociais.	ECONOMIA DOMÉSTICA
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I	ECONOMIA DOMÉSTICA
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas II	ECONOMIA DOMÉSTICA
Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
Indicadores de Políticas Públicas	ECONOMIA AGRÍCOLA
Análise e Avaliação de Políticas Públicas Ambientais	ECONOMIA DOMÉSTICA
Análise e Avaliação de Políticas Urbanas	ECONOMIA DOMÉSTICA
Análise e Avaliação de Políticas de Intervenção Territorial	ECONOMIA DOMÉSTICA
Análise e Avaliação de Políticas Agrárias e Agroalimentares	ECONOMIA DOMÉSTICA
Análise e Avaliação de Políticas de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional	ECONOMIA DOMÉSTICA
Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	ECONOMIA DOMÉSTICA
Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Gênero	ECONOMIA DOMÉSTICA
Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Infância	ECONOMIA DOMÉSTICA
Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Juventudes	ECONOMIA DOMÉSTICA



	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para o Envelhecimento	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Ateliê de Avaliação de Políticas Públicas.	ECONOMIA DOMÉSTICA
7º	Residência Social III	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Projeto de Monografia	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Libras	LETRAS
	Disciplinas escolhidas dentre as optativas e não constituintes do itinerário formativo do (a) aluno (a)	ECONOMIA DOMÉSTICA
8º	Residência Social IV	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Monografia	ECONOMIA DOMÉSTICA

14.2 Infra-estrutura necessária

14.2.1 Contratação de docentes

Há necessidade de contratação de 02 (três) docentes, assim distribuídos:

Concurso no 2º semestre de funcionamento: 02 (dois) docentes para atender as seguintes disciplinas:

- Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas; Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I e II; Administração e Gestão Pública; Instrumentos de Planejamento e Gestão Públicas e disciplinas com enfoque quantitativa na ênfase de Avaliação de Políticas Públicas:

14.2.2 Corpo Técnico-Administrativo

A Coordenação do Curso precisará contar com o apoio de um técnico-administrativo no período manhã–tarde.

14.2.3.Salas de Aula

As atuais dependências do CCA dispõem de 27 salas de aula com recursos de multimídia e acesso à internet. Em fase de construção, um novo bloco didático deverá



acomodar mais 8 salas de aula com capacidade para 40 alunos cada uma; além do bloco didático, o Curso de Gestão de Políticas Públicas funcionará nas dependências do Departamento de Economia Doméstica.

14.2.4. Laboratórios de informática

O CCA dispõe de 01 laboratório de informática, equipado com 21 microcomputadores. Será utilizado tanto no apoio às disciplinas que necessitarem de seus recursos, como também para os(as) alunos(as) em suas atividades de pesquisa, preparação de relatórios, monografias e consultas via internet.

14.2.5 Bibliotecas Setoriais

O Campus do Pici dispõe da biblioteca de Ciências e Tecnologia, uma setorial de Economia Rural; e no campus do Benfica, as bibliotecas da Faculdade de Economia e do Centro de Humanidades. Em todas há um importante acervo diversificado que poderá atender as necessidades de consultas relacionadas aos conteúdos curriculares do Curso.

Todos os acervos encontram-se informatizados e integram o Sistema de Automação PERGAMUM, que compõe o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. Esse serviço está disponível, via Internet, no portal da UFC (www.ufc.br), que possibilita o acesso aos periódicos científicos no sítio da CAPES. Há que se considerar, ainda, as bibliotecas setoriais dos demais cursos da UFC que fazem parte da interdisciplinaridade do Projeto.

14.2.6 Auditórios

O CCA dispõe de 6 (seis) auditórios equipados com recursos de audiovisuais e acesso à internet, adequados à realização de aulas magnas, palestras e conferências



15 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J.R. de C. Gestão de políticas públicas: uma nova experiência? **Temas de Administração Pública**, Araraquara, ed. especial, v. 2, n.6, 2011

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], 2003, v.18, n.51, p. 7-10.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho. **Educação do campo para as ciências agrárias: avaliação do Programa Residência Agrária-Ceará**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará 2013.

ETULAIN, C.R. Graduação em gestão de políticas públicas da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP: interdisciplinaridade, rigor analítico e visão integral do mundo contemporâneo. **Temas de Administração Pública**, Araraquara, ed. Especial, v.2, n.6, 2011

FARIA, C. A. P. de. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: MARQUES, E; FARIA, C.A.P.de. (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CNE – CES. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. RESOLUÇÃO Nº 14/CEPE, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2007. Dispõe sobre a regulamentação do “Tempo Máximo para a Conclusão dos Cursos de Graduação” da UFC.

_____. RESOLUÇÃO Nº 32/CEPE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009. Disciplina o Programa de Estágio Curricular Supervisionado para os estudantes dos Cursos Regulares da UFC.

_____. RESOLUÇÃO Nº 7/CEPE, DE 17 DE JUNHO DE 2005. Dispõe sobre a regulamentação as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFC.

_____. PROGRAD-Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular. Orientações e Reflexões para (Re)Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Graduação

SCHOMMER, P.C.; FRANÇA FILHO, G.C. de. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, jun./nov. 2010, p. 203-226